



UCSAL  
**UNIVERSIDADE  
CATÓLICA  
DO SALVADOR**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**MICHELE PAIVA PEREIRA**

**MORADA E VIDA:  
AS DINÂMICAS TERRITORIAIS E AS RELAÇÕES  
IDENTITÁRIAS DA FEIRA LIVRE DE SÃO FELIPE- BA**

Salvador  
2020

MICHELE PAIVA PEREIRA

**MORADA E VIDA:  
AS DINÂMICAS TERRITORIAIS E AS RELAÇÕES  
IDENTITÁRIAS DA FEIRA LIVRE DE SÃO FELIPE- BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, como requisito final para obtenção do título de Mestra em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristina Maria Macêdo de Alencar.

Salvador  
2020

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. TODO DIA É DIA DE FEIRA.....</b>	<b>13</b>
2.1 FEIRAS, MERCADOS E FEIRAS LIVRES .....	13
2.2 OBJETO DE ESTUDO PARA O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL E DEMOGRAFIA (PUR-DEMO).....	19
2.3 A RELAÇÃO RURAL-URBANA NAS FEIRAS LIVRES .....	28
2.4 UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR .....	33
<b>3. SÃO FELIPE DAS ROÇAS E DA FEIRA .....</b>	<b>42</b>
3.1 HISTÓRIA E ECONOMIA DO MUNICÍPIO .....	42
3.2 LOCALIZAÇÃO, CARACTERÍSTICAS SOCIOAMBIENTAIS .....	49
3.3 UM OLHAR SOBRE A FEIRA LIVRE DE SÃO FELIPE .....	49
<b>4. A MORADA: TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL.....</b>	<b>53</b>
4.1 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E CULTURA .....	53
4.2 PERFIL DE BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL ..	69
<b>5. A VIDA: IDENTIDADE, PERTENCIMENTO .....</b>	<b>78</b>
5.1 IDENTIDADE E PERTENCIMENTO .....	79
5.1. 2 <i>Tipologias de identidade e relações identitárias</i> .....	82
5.2 OS FREQUENTADORES .....	83
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>84</b>
<b>APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO I .....</b>	<b>95</b>
<b>APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO II .....</b>	<b>97</b>
<b>APÊNDICE C- ENTREVISTA COM PRESIDENTE DO SINDICATO .....</b>	<b>100</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Vamos fazer a feira!

A arte de fazer a feira é milenar e propõe escolher, barganhar, pechinchar, comprar, catar entre silêncios e barulhos. Ao longo da história, as feiras são espaços marcados pela produção econômica e pelas relações sociais, onde há troca de saberes, vivências; um “cenário de trocas entre bens simbólicos entre o mundo rural e o mundo urbano” (NORA; ZANINI, 2015, p. XX).

O convite para feirar consiste em analisarmos uma série de atos que desvendam práticas cotidianas dos diferentes sujeitos que compõem e frequentam estes espaços; quer seja pela **morada** da dimensão social, territorial, da coexistência contemporânea entre modernidade e tradição, quer seja pela **vida** configurada nas relações identitárias, nos modos de vida, na memória social que mostra luta e prazer destes sujeitos.

Diferentes são os motivos que nos fundamentam a escolha por esta pesquisa. Do ponto de vista pessoal, o olhar sobre as feiras livres perpassa desde as ramificações familiares, neta e sobrinha de agricultores, até a trajetória acadêmica. Quando criança, os símbolos - cheiros, cores, sons, sabores- existentes na feira livre de um bairro da capital baiana remetiam aos poucos dias com avós e tios, no período de férias escolares, em município interiorano. Brotavam na cabeça da menina, vários questionamentos: Como de um dia para o outro e toda semana, aquele pedaço transformava-se em um lugar tão cheio de vida? Por que esses agricultores viajavam de tão longe para vender seus produtos naquela feira? Quem paga para estarem ali? Por que só tem banana pequena e doce na feira? Por que o supermercado não tem ovos de galinha de quintal?

Algumas dessas perguntas, a adolescente indagou aos feirantes e as respostas despertavam mais questionamentos. Entre 2004 e 2006, alguns semestres cursados no curso de Engenharia Agrônoma permitiram o contato com produções acadêmicas sobre produção agrícola, desenvolvimento rural e também conversas com agricultores que além de prazerosas, remetiam às questões que geralmente estavam ligadas às feiras livres. As anotações eram registradas em cadernos como um hábito de lazer.

Estas leituras trouxeram considerações sobre o mundo rural e desenvolvimento que despertavam um olhar sobre as feiras livres como lugar de vivência que conectava cidade e roça, de forma direta e intensa. Depois de alguns anos, em 2013, o ingresso no curso de Licenciatura em Geografia comportou estudos e debates sobre as categorias de análise da ciência geográfica que permitiram reflexões de modo a provocar o interesse em estudar as feiras livres, agora de forma sistemática e com rigor científico.

Entre 2014 e 2016, a participação nas reuniões e atuação como bolsista de iniciação científica voluntária<sup>1</sup> no grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (DSN)<sup>2</sup> proporcionou aprofundamento das leituras sobre a relação campo/cidade, rural/ urbano, ruralidade, além da participação no projeto de pesquisa *Reconhecendo e potencializando o rural na dinâmica urbana e regional do município de São Felipe*<sup>3</sup>.

Período que destacamos como ponto de partida crucial para esta pesquisa, pois indicou um caminhar de investigações, ideias, conteúdos, levantamentos de informações, estudo de conceitos e noções que permitiram a construção do projeto de pesquisa para ingressar no mestrado acadêmico. Despertamos para novos olhares sobre este espaço, as dinâmicas presentes, os feirantes, os frequentadores, as identidades, os modos de vida e as lutas necessárias para que a vida deste lugar continue a pulsar.

Assumimos que todos os seres humanos são sincronicamente físicos, biológicos, sociais, espirituais, culturais e psíquicos e temos a certeza que as incertezas e complexidades são desafiantes e motivadoras na ciência. Por esta razão, a trajetória de pesquisa assumida preconiza uma investigação que busca contemplar a multidimensionalidade, respeitando as diversas dimensões que estudar

---

<sup>1</sup>O Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica Voluntária intitulado “Feira Livre de São Felipe- BA : transformações e resistência à urbanização” tinha por objetivo analisar a importância da Feira de São Felipe para o desenvolvimento local e regional, apontando as expressões de transformações e resistências à urbanização.

<sup>2</sup>DSN- Grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza vinculado ao Programa de Pós-Graduação Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador (PPPTDS /UCSAL) e apoiado pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq) que, desde 2004, desenvolve pesquisas que corroboram a necessidade de se repensar a relação com a Natureza, e a própria concepção de Natureza, que histórica e socialmente tem construído dinâmicas socioambientais em conflitualidade.

<sup>3</sup>O projeto tem como finalidade identificar e sistematizar as condições de possibilidades para o desenvolvimento socioambiental estratégico do município de São Felipe, localizado no território do Recôncavo baiano, a partir da visibilidade do rural como espaço de vida e trabalho.

uma feira livre de um pequeno município localizado na região Recôncavo do estado da Bahia requer.

Para isto, este fazer ciência está comprometido com o “ouvir o silêncio” implícito na vida cotidiana e nos estudos acadêmicos, buscando um olhar crítico-construtivo para a construção de uma sociedade menos desigual. É perceber sujeitos invisibilizados, imergir em múltiplos saberes e possibilidades que permitam o entendimento dos limites da produção de conhecimento, bem como do que está negligenciado nos estudos acadêmicos (SANTOS; ALENCAR, 2019). É seguir uma rota que tente capturar e registrar de forma ética, a viabilidade de construção de outros caminhos que valorizem a condição humana, engajado em desenvolvimento socioambiental dialógico, ecológico, cultural e participativo (SAQUET, 2018).

O município de São Felipe é entendido neste estudo como pequeno município rural com cidade pequena, localizado na região do Recôncavo do Estado da Bahia. Esta região historicamente manteve profundas relações econômicas e sociais com Salvador (MATTOSO, 1978) e onde o “trabalhador rural está na base da história socioeconômica do estado da Bahia de Todos os Santos, caracterizado como território eminentemente agrícola” (SANTOS, F., 2013, p.12).

Com aproximadamente 206 km<sup>2</sup> de extensão territorial, o município está distante cerca de 178 km da capital do estado, Salvador, e em termos de situação físico-geográfica está encravado entre os vales rios Copioba e Jaguaripe (principais rios que banham o município: Copioba, Carai e das Pedras), havendo também a barragem da Copioba. No espaço urbano presente na cidade de São Felipe, mais especificamente no centro, “coexistem usos comerciais e residenciais, além da comercialização de serviços e produtos agrícolas, especialmente, com a presença da Feira Livre (sextas-feiras e sábados), integrada a própria dinâmica do espaço urbano.” (LEANDRO; FERRAZ, 2019, p. 7-8)

Tais características do espaço urbano demonstram a importância do rural para o município, visto que os dados do Censo Agropecuário 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o município possui 2.143 estabelecimentos agropecuários, sendo que 1.783 estabelecimentos de agricultores familiares classificados conforme a Lei nº 11.326/2006 e 360 estabelecimentos de agricultura não familiar. Embora o rural não se restrinja à produção agrícola como já

asseguram pesquisadores como Wanderley (1997), Alencar (2008), Carneiro (1997), Veiga (2003), Favareto (2007) entre tantos outros, a condição de agricultor e particularmente agricultor familiar presente no município é para esta pesquisa uma categoria social que particulariza a dimensão das relações identitárias no qual o estudo propõe analisar.

Neste sentido, a leitura de Heredia (1979), que realizamos no início da pesquisa, foi fundamental. Esta autora analisa a organização interna de unidades de produção camponesas, a partir das categorias da divisão de trabalho familiar e relações sociais existentes, que se aproxima das discussões necessárias para compreensão das tramas existentes entre produção e comercialização.

A feira livre de São Felipe localiza-se no centro da cidade, entorno do Mercado Municipal, situada nas ruas Coronel Ceciliano Gusmão, Nova Brasília e Padre Sena. As atividades da feira livre acontecem nos dias de sexta-feira e sábado, no entanto, o dia de maior movimento é sábado, também dia de maior movimento na cidade quando moradores do Território de Identidade Recôncavo além de “fazerem a feira”, aproveitam para rever parentes e fazerem uso de serviços. (PEREIRA; ALENCAR, 2016)

Pereira e Alencar (2016) evidenciam que as características marcantes desta feira são os traços de sociabilidade rural e sua configuração socioespacial que transpassa por relações pessoais, embora os feirantes revelassem que a principal motivação fosse complementar a renda. Trata-se de um espaço que possui potencialidade para desenvolvimento local e regional, principalmente a partir do segmento de menor renda de sua população.

Durante este período, muitos questionamentos surgiram. Podemos comparar este processo com o tecer de uma colcha de retalhos; cada questionamento é um retalho a ser costurado que se liga com outros retalhos e formam uma peça. Dos retalhos disponibilizados, consideramos alguns mais bonitos e coloridos, e com estes construímos uma costura principal: Como as dinâmicas regionais e as relações de identidade culturais se expressam na feira livre do município de São Felipe e quais os impactos para o seu desenvolvimento socioambiental?

Através do estudo das dinâmicas territoriais e das relações identitárias propomo-nos, neste trabalho, estudar a feira livre do município de São Felipe. A

**morada** é a categoria que nos permite analisar as impressões da sincronia entre passado e presente, evolução e transformações sucedidas neste lugar e **vida** é a categoria que nos possibilita identificar as identidades, os modos de vida e a memória social destes sujeitos.

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é identificar as dinâmicas territoriais e as relações de identidade que se expressam na feira livre do município de São Felipe, com impactos para o seu desenvolvimento socioambiental. São objetivos específicos: Caracterizar as dinâmicas territoriais expressas na feira livre de São Felipe a partir das trajetórias dos seus frequentadores; Reconhecer as relações identitárias dos sujeitos sociais com a feira livre e Identificar perfil de biodiversidade relacionado às dinâmicas territoriais que interferem na identidade cultural a partir da pauta alimentar.

O desenvolvimento da dissertação foi delineado em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No capítulo 2 apresentamos a importância, em tempo e espaço, das feiras, mercados e feiras livres para a sociedade e como as feiras/feiras livres são discutidas na produção acadêmica das Ciências Humanas, em especial na área Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PUR-DEMO/ CAPES).

No capítulo 3 falamos sobre a construção sociohistórica e aspectos socioeconômicos do município do estudo, além de mostrarmos a morfologia da feira e suas características, no passado e no presente. É o nosso primeiro ponto de partida para esclarecer as complexas relações identitárias presentes no referido espaço.

No capítulo 4 dissertamos sobre as categorias: morada, território e desenvolvimento. Neste capítulo são apresentados os resultados que caracterizam as dinâmicas territoriais expressas na feira livre e o perfil de biodiversidade. No último capítulo apresentamos as relações identitárias dos sujeitos sociais com a feira livre, através do tecer da vida e debatemos sobre os frequentadores da feira e suas contribuições para o fortalecimento da identidade cultural neste lugar.

Mas, como chegamos nesta sacola de feira cheia?

Primeiramente, revelamos que a sacola do feirar deste estudo é feita de “trançado de palha”. Tal como a técnica empregada pelos índios Tupinambás em que após seca, a palha é trançada com sete, onze ou quinze palhas, formando tiras

de três larguras e unidas com auxílio de uma agulha e linha feita da própria palha. O estudo consistiu em um “trançar” de procedimentos metodológicos de várias naturezas, a partir de uma abordagem metodológica qualitativa.

Como já mencionamos, a pesquisa foi iniciada com resultados oriundos do estudo Feira Livre de São Felipe - BA: transformações e resistências à urbanização. Na ocasião, realizamos um levantamento de fontes primárias sobre feira livre no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e no Google acadêmico, através de *link* disponível no mesmo portal, com recorte temporal de 2010-2015. Obtivemos um total de 19.435 publicações que foram submetidos a três filtros: Tipo de recurso- artigo; Idioma- Português; não repetição de autor/coautor e/ou publicação que resultaram na análise de 87 artigos com diferentes abordagens sobre a feira livre.

A partir desta seleção foi construída a matriz conceitual, fruto desta revisão sistemática. O resultado gerou algumas observações e questionamentos sobre os termos feiras, feiras livres tanto na grafia, como no sentido adotado na utilização de conceitos e noções sobre a temática que chamaram nossa atenção. Os principais questionamentos foram: as repetições quanto à utilização de mesmos autores nos artigos e o número de citações diretas repetidas mesmo em abordagens diferentes; poucos estudos de feiras livres em pequenos municípios e/ou em cidades pequenas.

Sabemos que o artigo científico é a publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados de pesquisas em andamento ou finalizados, nas diversas áreas do conhecimento (ABNT, 2018). Por esta razão, optamos verificar os estudos sobre feiras ou feiras livres em teses e dissertações publicadas do início de cada programa até o ano de 2019, antes da escrita deste texto final, para compreendermos as questões mencionadas e auxiliar no referencial teórico da pesquisa sobre a temática.

Inicialmente, recorremos ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) na qual utilizamos os filtros e verificamos a falta de informações de algumas pesquisas que originaram os artigos que foram lidos anteriormente. Decidimos criar um arquivo resultante do banco de dados de teses e dissertações publicadas na Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PUR-Demo) sobre o tema pesquisado e

recorremos às informações disponibilizadas no repositório de cada instituição. Além de contribuir com pesquisa bibliográfica desta pesquisa, o material permitiu a realização de uma análise cienciométrica sobre a temática das feiras e feiras livres nesta área.

Paralelamente, foi realizada a busca de trabalhos acadêmicos sobre o município de São Felipe e notícias/reportagens nos Jornais A TARDE, Tribuna da Bahia e Correio da Bahia durante o período de 2007-2017 e nos jornais digitais locais JC Reporter, Tribuna do Recôncavo e São Felipe News. Procedimento que permitiu observar as dinâmicas sociais rural e urbana na relação entre sociedade e natureza (ALENCAR, 2015) do município estudado, bem como as evidências de tensões entre rural e urbano que impactam nas dinâmicas territoriais de um pequeno município rural e conseqüentemente, a feira livre de seu município.

A pesquisa documental consistiu em analisar os Planos Plurianuais Participativos (PPA 2014 – 2017; PPA 2018-2021), o Plano Diretor Participativo do município vigente (2007), Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MAPASAN). Os dados estatísticos coletados na Prefeitura Municipal de São Felipe, Governo do estado da Bahia, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ampliaram a margem de problematização da análise, visto que auxiliam na compreensão de mecanismos de estruturação de uma sociedade e auxiliaram na investigação empírica (STROH, 2003).

A inserção no campo foi realizada em quatro fases (quadro 1) e contou com diário de campo, conversas informais, observação direta não participante, levantamento fotográfico e entrevistas. Foram aplicados questionários estruturados com os feirantes em duas fases: na primeira fase (apêndice A), em janeiro de 2016 e na quarta fase (apêndice B), dezembro/2019 e janeiro/2020. Na primeira fase foram aplicados 28 questionários e o critério de amostragem foi saturação, já na última fase foram aplicados 99 questionários e objetivamos a análise da população total.

Esta amostra representa um universo de feirantes, de aproximadamente, 204 feirantes. Estes números disponibilizados pela municipalidade são apenas estimativas baseadas no cadastro no Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MAPASAN). O número pode ser variável e nas visitas realizadas, a média era 123 feirantes.

Dos vinte e dois feirantes que recusaram a aplicação dos questionários, onze feirantes procuraram para informar os motivos da não aceitação: três pessoas sinalizaram a desconfiança que a pesquisa esteja vinculada ao governo federal atual para a retirada de direitos (aposentadoria, principalmente) e benefícios de programas sociais (bolsa família, principalmente); quatro pessoas apontaram a desconfiança da pesquisa estar vinculada ao governo municipal para justificar a retirada da feira do local; quatro pessoas acreditam que a pesquisa é desnecessária.

O questionamento do feirante Y sobre *“quem moça vai se importar com nós? Quem moça vai dá valor esta pesquisa? Nós é da roça e quem vai se importar?”* revela a invisibilização da sociedade com os sujeitos rurais e o sentimento de falta de apoio do Estado. Wanderley (2001) alerta que o mundo rural “mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba” (WANDERLEY, 2001, p.32) e encontra-se em subalternidade ao mundo urbano.

**Quadro 1-** Pesquisa de Campo, São Felipe, 2015-2020

FASE	Nº DE VISITAS	DATAS DAS VISITAS	ATIVIDADES REALIZADAS
Primeira	02	16,17 e 18 de outubro de 2015. 15, 16 e 17 de janeiro de 2016.	Aplicação de questionários com feirantes Conversas informais com são- felipenses Entrevista com a Secretária de Agricultura do município
Segunda	01	15 de setembro de 2018.	Esboço de planta esquemática da feira livre Conversas informais com são- felipenses
Terceira	01	6 de dezembro de 2019.	Esboço de planta esquemática da feira livre Conversas informais com são- felipenses Entrevista Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município

Quarta	02	20 e 21 de dezembro de 2019. 10 e 11 de janeiro de 2020.	Aplicação de questionários com feirantes. Conversas informais com são-felipenses
--------	----	---	---

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Foram realizadas além de conversas informais com são-felipenses, entrevista semi-estruturada (apêndice C) com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felipe e entrevistas abertas com representantes da Secretaria de Agricultura do município, dois ex-feirantes e uma são-felipense que nunca foi à feira livre do município. Os critérios de escolha para as entrevistas e entrevistados deve-se a necessidade de mergulho em algumas lacunas que não foram esclarecidas com outros procedimentos.

Tais dados de campo foram tratados através da análise de conteúdo em torno das três fases: pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 1977) voltada à reflexão sobre a importância da Feira de São Felipe para o desenvolvimento do município e as relações identitárias presentes neste espaço.

## 2. TODO DIA É DIA DE FEIRA

O presente capítulo tem como objetivo dissertar sobre as feiras, a partir de uma leitura crítica e multidisciplinar das produções técnicas e científicas publicadas. O capítulo está estruturado em quatro seções: a primeira disserta sobre conceitos e noções sobre feiras, mercados e feiras livres, correlacionando a importância destes espaços para a sociedade; a segunda seção trata sobre como a temática é abordada no seio acadêmico da área Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PUR-DEMO), a partir de interpretações de cienciometria; a terceira seção trata sobre a relação rural-urbana presente nas feiras livres e a quarta seção apresenta as questões de segurança e soberania alimentar apresentada nestes espaços e como foram e são tratadas no planejamento governamental nas diferentes escalas

### 2.1 FEIRAS, MERCADOS E FEIRAS LIVRES

Viterbo (1798) no livro *Elucidario das palavras, termos e phrazes* esclarece que feira significa “Congregação do povo, que em algum lugar público concorre a comprar, vender ou commutar o que bem lhes parece.” (VITERBO, 1798, p.191). Esta definição abrange todas as categorias de feiras que existiram, as que ao longo do tempo foram surgindo ou mesmo sendo ressignificadas, visto que estas correspondem a “uma contra-racionalidade resistente às mudanças e imposições do mundo globalizado” (BERNARDINO, 2015, p.31).

As feiras existem desde os primeiros agrupamentos humanos e sua origem deve-se ao desenvolvimento da agricultura e a domesticação de animais, conforme afirmam Lima e Sampaio (2009), embora haja estudos que considerem o Renascimento Mercantil que provocou o aparecimento destas (ZANINI; SANTOS, 2017). Na Antiguidade, as feiras eram os principais pontos de encontros de comerciantes para abastecimento das regiões e troca de mercadorias, o que segundo Bernardino (2015, p. 32-33) foi auxiliado pelas Cruzadas e, posteriormente, foram estes espaços que alavancaram o desenvolvimento das cidades no Renascimento comercial do século XIII.

Huberman (1984) através da análise de documentos históricos que mencionam as grandes feiras da Europa do século X- XV ressalta que havia um programa da feira (quase sempre o mesmo) e as transações financeiras onde “(...) pesavam-se, avaliavam-se e trocavam-se as muitas variedades de moedas; negociavam-se empréstimos, pagavam-se dívidas antigas, letras de crédito e letras de câmbio circulavam livremente.” (HUBERMAN, 1984, p. 34)

O poder local autorizava o pedido realizado de forma individual ou coletiva e depois de alguns dias de preparativos: desempacotar a mercadoria, armar as barracas, efetuar pagamentos e cuidar de todos os outros detalhes, inaugurava-se a grande feira. Havia apresentações artísticas, entre elas as de saltimbancos que procuravam divertir o povo. Embora produtos de toda espécie fossem vendidos durante todo o tempo, alguns dias eram reservados ao comércio de tipos especiais de mercadorias, como fazendas, couros e peles. (HUBERMAN, 1984)

Lembramos que estamos falando de feiras livres, visto que conforme aponta Minnaert (2008), o sentido de livre associado à palavra feira remete estar sob o sol e a chuva, expostos ao ambiente de rua. Com o processo de globalização, em algumas localidades, as feiras livres diminuíram ou foram extintas, mas as que resistiram, “filhas rebeldes da modernidade” (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008, p.84), possuem duas importantes características essenciais na luta da continuidade destes espaços: sobrevivência material dos feirantes e sobrevivência imaterial da sociocultura.

As cidades da Antiguidade também possuíam mercados públicos que tiveram sua origem nas feiras, materializaram-se em construções porque os governadores da época compreendiam que havia uma necessidade de atender o abastecimento da cidade e região de forma permanente, diária e em local fixo. Em Roma,

(...) no *fórum* do imperador Trajano, funcionou um mercado, a partir de 113 d.C, que dispunha de 150 lojas, distribuídas em 5 andares. Roma tinha então aproximadamente um milhão de habitantes e era o centro do império que naquele momento se encontrava com a sua maior extensão. (PINTAUDI, 2006)

Moraes (2017) afirma que os mercados públicos vão além de serem espaços físicos para comercialização, “são equipamentos urbanos que atraem fluxos e garantem a permanência no espaço público ao longo da história até os dias atuais” (MORAES, 2017, p. 10).

Com o modernismo, as políticas higienistas e burocracias emersas pelo Capitalismo global, passamos a ter feiras e feiras livres, além da expansão dos mercados públicos. Pintaudi (2006) afirma que o mercado público é “forma de intercâmbio de produtos encontrada em cidades da antiguidade e se hoje tem continuidade no espaço, isto certamente se deve ao fato de poderem dialogar com outras formas comerciais mais modernas” (PINTAUDI, 2006, n.p.).

A feira é a união de pessoas que se reúnem em determinado local para expor, comprar, vender ou trocar mercadorias e/ou serviços e/ou conhecimento; possuem tamanhos variados – feira, feirinha e feirões- e dimensão escalar podendo ser locais, regionais, nacionais, globais (ZANINI; SANTOS, 2017). Exemplos: Feira Nacional do Agronegócio, Feira do Artesanato, Feira Gastronômica, Feira Cosmética, Feira de Ciências, Feira Tecnológica, etc.

A feira livre possui características específicas, pois é um evento que ocorre em espaço público com determinada periodicidade e a principal mercadoria destes espaços são os alimentos, podendo ter dimensão escalar local e/ou regional. “Tem sido vista como subemprego ou subatividade, com várias previsões sobre este comércio.” (BERNARDINO, 2015, p.79).

No Brasil, as feiras livres seguiram em certa medida, a tradição ibérica e posteriormente mesclada com práticas africanas. (MARCARENHAS; DOLZANI, 2008). Segundo o antropólogo Luiz Mott (1976), o México e Guatemala eram os países da América Latina que possuíam “praças de mercado” antes da chegada dos europeus, para os demais países “as feiras constituíam uma inovação que era desconhecida da população nativa” (MOTT, 1976, p. 82)

Em um país que foi instaurado pelos portugueses, uma civilização de raízes rurais (HOLANDA, 1995) e nos dias atuais é muito rural (VEIGA, 1996), as feiras livres correspondem à materialidade determinada em tempo e espaço que compreendem dinâmicas diversas e complexas resultantes da relação rural-urbana. Convergimos com Ricotto (2002) que estes espaços geram “desenvolvimento, dinâmico e multidimensional, que supera o desenvolvimento agrícola e revaloriza o papel do agricultor familiar na sociedade”. (RICOTTO, 2002, p. 114).

Os estudos de Mott (1976) demonstram que os colonizadores concebiam a feira como uma instituição que permitia concentração de mercadorias nativas que

poderiam ser exportadas para Portugal, como as feiras de Angola<sup>4</sup> e abastecimento local/regional. O primeiro registro de feira é datado de 1548 pelo rei D. João III, em que determinava ao primeiro governador Geral do Brasil, Tomé de Souza:

Ordenareis que nas ditas vilas e povoações (da Bahia) se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, *feira* a que os gentios possam vir vender o que tiverem e quiserem, e comprar o que houverem mister, e assim ordenareis que os eritãos não vão às aldeias dos gentios a tratar com eles...( Regimento do Governador Geral, 1548 *apud* MOTT, 1976, p.8)

O objetivo eram as trocas de produção que para o pesquisador Félix Santos (2018) está implícito no aldeamento dos índios que ocasionou excedente de produção dos mantimentos de subsistência, influenciadas pelas características do povoador; neste enfoque “farinha de um tipo de inhame”, a nossa farinha, teve um protagonismo marcante, sendo inclusive por um período, moeda de troca. Tal ação foi reforçada em 1598, quando um segundo regimento é enviado ao Governador Geral e enfatizado que sejam realizadas feiras para que os gentios frequentassem e comercializassem.

Não há registros de documentos oficiais sobre a primeira feira do Brasil. Azevedo e Queiroz (2013) afirmam que o primeiro registro oficial da existência de feira no Brasil é datado de 1732 e trata-se da feira de Capoame, uma feira rural localizada no Recôncavo Baiano. Luiz Mott (1976) cita em seus estudos que no período colonial, as feiras livres eram de dois tipos: feira-mercado e feira-franca. A feira-mercado era realizada com periodicidade semanal, no dia de sábado, em determinada área fixa e tinha por objetivo realizar o abastecimento alimentar da região; já a feira- franca era realizada duas vezes ao ano e tinha a função de comercializar bens de outras regiões.

Ambas estavam em todas as regiões brasileiras, mas não era a única fonte de abastecimento alimentar da população. Por volta de 1587, pequenos comércios locais começam a surgir: lojas, vendas, tavernas, boticas, estalagens, açougues, casas de pasto, tendas, casas de negócio, quitandas.

No séc. XVIII e XIX, o Brasil é influenciado pelos ideais da Europa de modernismo e movimento higienista<sup>5</sup> para as cidades, cujos discursos

---

<sup>4</sup>As feiras de Angola reunia produção de nativos, como marfim, cera, metais com objetivo de exportação para a Europa (MOTT, 1976, p.84).

governamentais falavam de crescimento econômico e urbano das cidades, principalmente por meio do campo arquitetônico e urbanístico. A cidade “moderna” deveria possuir grandes obras e intervenções no espaço público amparados em questões de civilidade, de forma autoritária e segregadora. (MORAES, 2017)

O Mercado de São José, primeiro mercado público do Brasil, foi inaugurado em 7 de setembro de 1875 em Recife/PE. Segundo arquivo histórico do Mercado, a motivação para sua construção foi o crescente comércio em Recife no século XIX e sua abertura foi determinada no mesmo local onde se encontravam os feirantes.

Na atual região Nordeste, nos séculos XVIII e XIX, a configuração econômica era baseada na cana-de-açúcar, pecuária e cultivo do algodão que favoreciam o surgimento de feiras livres devido a necessidade de pontos de encontro de rotas de mercadorias. Existem registros de feiras livres, nos atuais estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. No século XX,

várias feiras tomam uma dimensão regional no Nordeste. Entre elas destacam-se as feiras de Feira de Santana na Bahia, de Arapiraca em Alagoas, de Arcoverde e de Caruaru em Pernambuco, e a feira de Campina Grande na Paraíba, e as feiras de Mossoró, Açú, Caicó, Currais Novos, Pau dos Ferros, e Macaíba no Rio Grande do Norte. As feiras livres tornaram-se museu vivo da história e da cultura popular nordestina. (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013, n.p)

No início do séc. XIX são construídos vários mercados municipais no Brasil. Dentro de uma opção de desenvolvimento urbano-industrial, as construções dos mercados municipais representavam modernização e preceitos higienistas, visto que era atestada organização em que permitiria a periódica comercialização dos produtos rurais em um único espaço e de forma organizada. (ALVES; FILHO, 2011; MORAES, 2017)

Atualmente, a importância das feiras livres alcança do abastecimento alimentar nas áreas urbanas perpassa pela variedade agrícola, sociabilidades, cultura e abarca as relações ecológicas. Esta leitura converge com Mascarenhas e Dolzanni (2008):

---

<sup>5</sup>O movimento higienista é produto dos problemas de saúde coletivo, intensificado durante o processo de urbanização ocasionado na Europa a partir do final do século XVIII, e no Brasil no final do século XIX. (MORAES, 2017, p. 20)

A feira livre no Brasil constitui modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos. Herança em certa medida da tradição ibérica (também de raiz mourisca), posteriormente mesclada com práticas africanas, está presente na maioria das cidades brasileiras, sobretudo naquelas com população superior a 300 mil habitantes (excetuando-se obviamente o Plano Piloto da capital federal, Brasília, pautado em princípios urbanísticos singulares). Desempenham ainda hoje papel relativamente importante no abastecimento urbano, apesar das políticas públicas adversas que tiveram de enfrentar nos últimos 30 anos. (MASCARENHAS; DOLZANNI, 2008, p. 13)

Nos pequenos municípios, as feiras compreendem uma significação ainda mais abrangente, pois são canais de comercialização de produtos da agricultura familiar (PIERRI; VALENTE, 2010). Neste quesito, Maria Wanderley (2001) afirma que estes agricultores precisam adaptar-se aos novos contextos sociais e econômicos, ajustando-se e resistindo às mudanças do diálogo entre o rural e o urbano, tanto em integração e cooperação quanto tensões e conflitos.

Do ponto de vista da análise da vida urbana, Côrrea (1997) afirma que “quanto menor a cidade em termos de centralidade, maior será a importância relativa da feira semanal para a vida urbana” (CORREA, 1997, p.69). A relação feira-cidade admite caráter regional, visto que o dia da feira amplia o comércio e trocas regionais, fortalece dinâmicas territoriais e regionais.

Podemos afirmar que possui especificidades onde, as feiras livres são espaços de venda, compra e troca de alimentos e mercadorias, com periodicidade, carregados de simbologia -cheiro, cores, sons e sabores- que convidam para o exercício de sociabilidades, da coexistência contemporânea entre tempos, de vivenciar o lúdico. Possuem uma paisagem complexa e singular repletos de simbologia, cuja dinâmica revelam territórios que foram modificados; possuem verdadeira tradição regional que, por guardar traços culturais, o modo de vida camponês perpassa o seu espaço de acontecimento e se materializa na cidade. (MORAIS; ARAUJO, 2006; SATO, 2007; GUIMARAES, 2010; PIERRE; VALENTE, 2010; BOECHAT; SANTOS, 2011; SANTOS et al, 2014; PEREIRA; ALENCAR, 2016; PORTILHO et al, 2017; VEDANA, 2004).

É nesta compreensão de uma espacialidade expressa e conectada em morada e vida que a feira livre de São Felipe é analisada. Sua constituição oferece o antigo e o novo, transformações e resistências que revestem suas significações de

territorialidade, propiciando uma relação homem-natureza que dialoga entre o rural e o urbano constitutivos do município (PEREIRA; ALENCAR, 2016).

## 2.2 OBJETO DE ESTUDO PARA O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL E DEMOGRAFIA (PUR-DEMO)

A palavra ciência vem do latim *scientia* que significa conhecimento. Admite-se como um conjunto metódico de aquisições intelectuais alcançados por meio de observação e experiência que assume características históricas e está em constante processo e transformação (JAPIASSU, 1977). Convergemos com Demo (1981) na afirmativa que “sendo a ciência um fenômeno social, não pode escapar ao posicionamento político, manifesto ou latente” (DEMO, 1981, p.15).

Para o pesquisador é posicionamento “guiado por um interesse, por certas orientações fundamentais enraizadas nas condições básicas de autoconservação da espécie” (JAPIASSU, 2000, p.71). Dito de outra maneira, os pesquisadores trazem para a dimensão da pesquisa, suas trajetórias de vida e acadêmica, ou seja, o mito da neutralidade científica é facilmente desmascarado quando verificamos discursos e direcionamentos metodológicos presentes na academia.

Jessé de Souza na publicação *A tolice da Inteligência Brasileira* analisa as desigualdades do Brasil e verifica que a ciência social dominante soberana produzida no país até os dias atuais é um fundamento do predomínio material e ativo das classes privilegiadas. Para o autor,

(...) “a ciência”- e os cientistas e especialistas que a incorporam- é, atualmente, quem herda “o privilégio” das grandes religiões do passado e diz o que é certo e o que é errado. Não existe notícia em jornal ou TV que não necessite do aval de um “especialista”. (SOUZA, 2015, p.6)

Há um racismo culturalista presente na produção acadêmica que corrobora quando analisamos como a ruralidade, o desenvolvimento rural no Brasil moderno é encarado pela sociedade brasileira- seja de forma real e/ou imaginária- que associa este rural como atrasado, bucólico, “no rancho fundo, bem pra lá do fim do mundo”. A relação campo-cidade e rural-urbana é colocada nos estudos, muitas vezes de forma sutil e traiçoeira, como projeções de pólos que não se comunicam ou que basta sabermos o que interessa sobre o pólo cidade-urbano, uma vez que este é o dominante, o dito civilizado e tecnificado.

Mas, o que a produção científica interfere no cotidiano de sujeitos rurais e sujeitos urbanos, uma vez que na práxis social, esta relação é inerente e contínua?

Lima e Horta (2008) dissertam que a construção de uma sociedade mais justa e cidadã requer uma autocrítica da ciência, visto que

No “universo da ciência” constatamos as características mercadológicas do capitalismo na apropriação e retenção ou “personalização” do conhecimento. Observa-se que, também no mundo do conhecimento, da investigação científica, os reflexos da Modernidade se fazem presentes, com o “aprofundamento” das desigualdades se revelando através do distanciamento e fragmentação das áreas do conhecimento; da territorialização das descobertas e dos avanços, da mercantilização da pesquisa e da investigação. (LIMA; HORTA, 2008, p.5)

Todos estes estudos e discursos estão presentes na formulação de políticas sociais, políticas públicas e na formação profissional de sujeitos de diferentes áreas de atuação na sociedade, o que permite inferir que uma produção de conhecimento que analise a diversidade de realidades e sujeitos pode potencializar as relações sociais, fortalecendo o valor da vida em sua totalidade.

A partir de 1937, governo Getúlio Vargas, o país entra em uma fase de especialização na administração pública que ocasionou a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)- Decreto 29.741/5 (11/07/1951)- com o objetivo de garantir a existência de pessoal especializado “em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados”, em prol do desenvolvimento do país. Neste sentido,

São instaurados dois programas: Quadros Técnicos e Científicos (PQTC), que pretendia formar profissionais qualificados aos setores primário, secundário e terciário da economia nacional, especialmente em áreas como Engenharia, Medicina e Enfermagem, e o Programa Universitário (PGU), voltado ao fortalecimento do ensino superior em diversas áreas, para a formação contínua de profissionais que o país precisaria. (CAPES, 2020)

Com o Programa Universitário (PGU) foram contratados docentes visitantes estrangeiros, estimulados os intercâmbios, a cooperação entre instituições e concedidas bolsas de estudos, apoio a eventos científicos. Em 1965, o Conselho de Ensino Superior reuniu-se para definir e regulamentar os cursos de pós-graduação em universidades brasileiras e em 1966, o governo elaborou e começou a executar o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (CAPES, 2020).

Todos os cursos de pós graduação do país são avaliados e reconhecidos por áreas de avaliação. A área PUR-Demo é constituída de duas subáreas: uma de Planejamento Urbano e Regional (PUR), iniciada na década de 1970 com a finalidade de “formar quadros qualificados tanto para a formulação como para a implementação de políticas urbanas e regionais que o então regime militar vigente idealizava” (CAPES, 2020, n.p) e demografia, iniciado na década de 1980 com um único programa na Universidade de Brasília.

A produção acadêmica na Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PUR-Demo) busca a interdisciplinaridade, com temáticas complexas, compreendendo perspectivas e objetos diferenciados. Influenciada pelos processos históricos das transformações da sociedade brasileira, a área PUR-Demo compreende 49 Programas de Pós- Graduação que compreende 71 cursos (Tabela 1) voltados para pesquisas sobre o planejamento, desenvolvimento e gestão regional, refletindo características a partir de demandas locais e regionais.

**Tabela 1-** Número de Cursos de Pós Graduação, Área PUR-D (CAPES), 2020

<b>NOME DA IES</b>	<b>SIGLA IES</b>	<b>DA UF</b>	<b>TOTAIS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PÓS-</b>
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	CEFET	RJ	1
CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA	UNIALFA	GO	1
FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA	FACCAT-RS	RS	1
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	PUC-GOIÁS	GO	1
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	PUC/PR	PR	2
UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	UCAM	RJ	2
UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR	UCSAL	BA	2
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	UNOCHAPECÓ	SC	1
UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	UNAMA	PA	2
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	UNISC	RS	2
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	UNITAU	SP	1
UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	UNC	SC	2
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	UEMG	MG	1
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC	SC	2
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	RN	1
UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA	UNIVAP	SP	2
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	PB	1
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	UEMS	MS	1
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	UEMA	MA	1

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	UNIOESTE	PR	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	UNILA	PR	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	MG	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	PE	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI	UFSJ	MG	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	UFABC	SP	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP	AP	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	PR	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	RJ	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	RN	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	RS	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	RS	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	UNIFESSPA	PA	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	TO	4
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	RJ	1
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	RJ	1
UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	UNINOVE	SP	1
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB	SC	2
UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	UNIJUÍ	RS	2
UNIVERSIDADE SALVADOR	UNIFACS	BA	2
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	PR	4
ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS	ENCE	RJ	2
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	SP	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	MG	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	RN	2

Fonte: CAPES/PLATAFORMA SUCUPIRA, 2020.

Os relatórios de avaliações dos Programas da Área realizados pela CAPES apontam que os discentes e docentes possuem diferentes formações, o que acarreta a necessidade de diálogo multidisciplinar. A história da construção e trajetória da Área demonstra que há uma diversificação de temáticas e problemáticas articuladas, além das expressivas contribuições nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir da adoção de múltiplas abordagens interdisciplinares nos estudos (CAPES, 2017).

Tais abordagens também são oriundas da aproximação de diferentes realidades do país, visto que os programas criados após os anos 2000 estão localizados em espaços não-metropolitanos (CAPES, 2013; 2017). Neste aspecto, os estudos destas realidades requerem a necessidade de aproximação com

questões teórico-metodológicas, tais como a relação rural-urbana, pouco discutida nos estudos hegemônicos.

Santos e Alencar (2019) analisaram a evolução científica da temática rural-urbana e campo-cidade na América Latina a partir da dinâmica de publicação em periódicos científicos e constataram que há uma predominância de publicações sobre cidade e urbano, em detrimento do campo e rural. A situação é ainda mais agravante quando considerado os parâmetros de qualificação estabelecidos pelo sistema de avaliação de pós graduação. Para os autores, a racionalidade científica sobre as temáticas tem crescido também nos últimos anos, mas ainda não apresentam novos fundamentos teóricos para o debate.

Naquela relação pouco discutida na área, focalizamos a feira livre. As características da feira livre correspondem à materialidade determinada em tempo e espaço que compreendem dinâmicas diversas e complexas as quais suscitam discussão teórica da relação rural-urbana em várias dimensões: abastecimento alimentar da população que evidencia a variedade agrícola, sociabilidades, cultura e relações ecológicas; questões políticas, econômicas e concepções de territorialidade, entre outras. Por esta razão, deve ser considerada como lócus de diversidade e complexidade importante para reflexão do planejamento, desenvolvimento e gestão regional.

Os estudos de Araújo e Ribeiro (2018) sobre o levantamento bibliográfico das feiras livres no Brasil demonstram que há um leque amplo de publicações sobre a temática, analisando assuntos como o reconhecimento de um espaço de fortalecimento da produção agrícola familiar; sobre os efeitos econômicos que geram nos municípios que abrigam; espaço recheado de culturas, sociabilidades e potencialidades.

Entendemos que os lugares da produção de conhecimento são lugares de elite de conhecimento legítimo, reconhecido e autorizado (Massey, 2008) e que a análise cienciométrica é um importante recurso para medir e avaliar as taxas de produtividade para determinar o crescimento de determinada área ou grupo científico, tanto quanto a produção como avaliação do conhecimento. Para Vanti (2002),

A cienciometria teria, portanto, um caráter multidisciplinar no que diz respeito aos métodos que utiliza. Tais métodos provêm tanto das ciências naturais quanto das ciências sociais e comportamentais (estatística e outros métodos matemáticos, modelos sociológicos, pesquisas e métodos psicológicos de entrevista, informática, filosofia da ciência, lingüística etc.)(VANTI, 2002, p.154).

Como já mencionado, a área PUR-Demo é direcionada para estudos de planejamento, desenvolvimento e gestão regional, sendo assim é importante verificar como as feiras livres aparecem nos estudos. Para tanto, adotamos um modelo de investigação, em que os dados foram analisados por análise de conteúdo (BARDIN, 1977) e obedeceram as seguintes etapas: pré-análise, exploração do material e interpretações inferenciais.

Na etapa de pré-análise foram escolhidos os indexadores: feira e feira livre; levantamento de teses e dissertações dos Programas da área nos repositórios institucionais<sup>6</sup> para análise. Posteriormente, na etapa de exploração do material, foram realizadas as unidades de registro, categorização, contagem e exame da trajetória acadêmica e profissional, bem como os referenciais teóricos utilizados. Por último, foi realizada análise reflexiva inerente às interpretações e inferências.

Dos 71 cursos de Pós graduação, analisamos 3926 pesquisas acadêmicas - 3399 dissertações e 527 teses- e encontramos cinco pesquisas publicadas e disponibilizadas nos repositórios institucionais cujo objeto de estudo era feira. Salientamos que analisamos as teses e dissertações publicadas desde o início dos programas até janeiro de 2020.

Outra questão a ser ressaltada é que em dez programas de pós-graduação não encontramos os Repositórios Institucionais Digitais disponibilizados nos períodos de agosto/2019, outubro/2019, janeiro/2020 (época que foram realizadas a pré-análise). Em cinco programas, encontramos a mensagem que estava sendo atualizado e em outros cinco, não havia nenhuma informação.

Dos trabalhos publicados – quatro dissertações e uma tese- tendo como objeto de estudo a feira, verificamos que são publicações recentes (quadro 2 e quadro 3), o que confirma a atualidade da questão de pesquisa e assinala poucos estudos sobre a temática na área de PUR-Demo. Na análise, ela representa apenas aproximadamente 0,13% do universo analisado e corrobora com estudos de Araújo

---

<sup>6</sup> Segundo a Portaria CAPES nº 1, promulgada em 15 de fevereiro de 2006, os Programas de Pós Graduação nacionais são obrigados a divulgar as teses e dissertações defendidas nos respectivos Programas em Repositório Institucional, sendo inclusive um dos requisitos para sua avaliação.

e Ribeiro (2018) que estudos sobre feiras cresceram a partir dos anos 2000, explicada pelo crescimento das pesquisas sobre agricultura familiar e segurança alimentar, a partir de estímulos de programas elaborados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 1998) e pela legislação para agricultura familiar (2006).

Encontramos em 58 trabalhos, as menções às feiras sob diferentes perspectivas que evidenciam dinâmicas diversas e complexas: desenvolvimento rural (7); patrimônio cultural (3); desenvolvimento regional (10); desenvolvimento local (7); local de trabalho (3); relações sociais (1); espaço público (9); turismo/lazer (4); local de exposição de produtos (4); abastecimento alimentar (9); saúde (1).

**Quadro 2-** Dissertações e Teses sobre Feiras, Área PUR-Demo, 2020

Programa	ANO DA PUBLICAÇÃO	TÍTULO
Programa de Pós graduação em Gestão Urbana (PUCPR)	2019	Arranjos Ecosocioeconômicos em atividades comerciais urbanas
Programa de Pós graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano (UNAMA)	2018	Feira Livre de Abaetuba/PA: Uma análise da influência da feira no processo de organização do espaço urbano da cidade
Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e do Agronegócio (UNIOESTE)	2010	O empoderamento da mulher: um estudo empírico da Feira do Produtor de Toledo/PR
Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano (UFPE)	2009	A feira na cidade: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru (PE) e de Campina Grande (PB)
Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano (UFPE)	2015	Cheiros, cores e sons... é dia de feira!: a gestão pública urbana na feira livre de Casa Amarela

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

No documento de área (CAPES, 2007; 2013), a equipe de docentes avaliadores afirma que a proposta transdisciplinar dos Programas criados após o ano de 2000, “força a aproximação com a realidade do mundo rural do país”. No mesmo documento, apresenta-se como identidade da Área, o planejamento urbano-metropolitano e mesmo quando examinado o **desenvolvimento regional**, explicita-se que deve “incentivar o diálogo entre as vertentes de pensamento sobre o

planejamento urbano e abordagens dentro das disciplinas de arquitetura e urbanismo” (CAPES, 2007). Isto denota a deliberada exclusão do rural no sentido do desenvolvimento constitutivo da área.

Para Servilha (2015), o termo região vem do latim *regere* que significa comando e relações de poder, onde nos estudos e praxis dos projetos de desenvolvimento regional, lugares e/ou pessoas são invisibilizados e/ou classificados. A colonialidade do saber implica nos estudos regionais que o metropolitano, urbano-industrial será estimulado e o rural enquanto estigma associado ao atrasado produz fronteiras espaciais e simbólicas.

**Tabela 2-** Dissertações e Teses publicadas, Área PUR-Demo, 2020

SIGLA IES	PROGRAMA	APROVAÇÃO PROGRAMA	DISSERTAÇÕES	TESES
PUC/PR	Programa de Pós Graduação em Gestão Urbana	2003	243	49
UNAMA	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio ambiente Urbano	2007	127	0
UNIOESTE	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e o Agronegócio	2003	181	41
UFPE	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano	1980	249	81

Fonte: CAPES/PLATAFORMA SUCUPIRA, 2020.

O Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) possui 40 anos de funcionamento e sua produção acadêmica é voltada para o planejamento urbano, a participação popular e a morfologia da arquitetura modernista (UFPE, 2020). Os dois trabalhos analisados publicados por este programa, Miranda (2009) e Cavalcanti (2015), teve como foco de análise as dinâmicas existentes da feira que interferem e ampliam para a cidade.

Gustavo Miranda (2009), arquiteto, disserta que a feira livre é um lugar público de comércio que apesar de pouco estudada, trata-se de um fenômeno urbano importante, pois criam uma área comum na comunidade e possui dupla

função: abastecimento e local de encontro. Amparado em teóricos Hillier (1999) abarca a discussão de “centro vivo”<sup>7</sup>, Milton Santos (1979) sobre circuito superior e inferior da economia, Eduardo Pazera Jr.(2003) sobre feira de grandes centros urbanos.

Rogério Cavalcanti (2015), geógrafo, utiliza os direcionamentos teórico-metodológicos proposto por Mott (2000) para analisar uma feira livre sob a perspectiva do planejamento urbano, elucidar os processos da gestão urbana nestes ambientes. Demonstrou uma lacuna existente entre a Gestão Pública Urbana e a vida cotidiana no ambiente retratado. A dissertação de Bruno Bittencourt (2018), administrador, também analisa a influência da feira no processo de organização do espaço urbano da cidade, utilizando fundamentos teóricos semelhantes.

Nas três dissertações, os resultados e as dinâmicas territoriais apresentadas demonstram que a feira livre possui relevância cultural, pois são vivenciados aspectos da cultura popular e local de encontro, conhecimentos, e resgate de valores locais. Sobre os aspectos econômicos são evidenciados a integração regional, através dos produtos comercializados- sobretudo os alimentos endêmicos e artesanato. Verifica-se que a espacialidade é marcada principalmente pela oralidade que cativa os frequentadores a voltarem, seja para uma “boa prosa” e/ou para negociar preços mais baixos.

Na dissertação “O empoderamento da mulher: um estudo empírico da Feira do Produtor de Toledo/PR”, autoria de Fabíola Andrade (2010), realizou um estudo de caso com as mulheres produtoras rurais e urbanas, moradoras do município de Toledo que comercializam seus produtos na Feira do Produtor do município. A feira é apresentada como espaço social que oferece possibilidades de aceleração dos processos de mudança social, através do trabalho e do fortalecimento de identidades sociais e territoriais.

Amparada no fundamento teórico sobre empoderamento proposto por Oxaal e Baden (1997), relações de gênero proposto por Scott (1989); Sen (2002), a autora identificou que as mulheres produtoras da Feira do Produtor de Toledo tem construído novas significações nas relações de gênero presentes neste espaço, em desafio às relações patriarcais.

---

<sup>7</sup> Centro vivo é um estudo sobre local que analisa como centro está integrado ao sistema, de forma a verificar acessibilidade e alcance de usuários. Neste caso, o centro é a feira e o sistema, o centro da cidade.

A tese “Arranjos Ecosocioeconômicos em atividades comerciais urbanas: o caso das feiras urbanas em Curitiba (Brasil) e Varsóvia (Polônia)” da autora Schirlei Freder (2019) analisou as ocorrências das relações formais e informais em arranjos institucionais ecosocioeconômicos e como incidem sobre atividades convencionais e negociais, nas microssociedades chamadas feiras livres urbanas, nas cidades de Curitiba e Varsóvia. Para a autora, as feiras constituem um estabelecimento de uma rede socioeconômica interdependente e territorial.

Nos sessenta e três trabalhos analisados na área, o fundamento teórico geral permite a compreensão de desigualdade no acesso às conquistas do desenvolvimento, quer seja quando se examina populações rurais e urbanas, quer seja quando analisamos as feiras como lócus de comércio, uma vez que na sociedade, a representação de modernidade é o supermercado. Neste sentido, a feira representa para o município, um espaço caracterizado por função social que interage com a organização espacial urbana (BOECHAT; SANTOS, 2011).

### 2.3 A RELAÇÃO RURAL-URBANA NAS FEIRAS LIVRES

O rural e o urbano são abstrações científicas, representativas de relações sociais, objetos potenciais em realização diferenciada que coexistem em distintas espacialidades. (HENRIQUE, 2010; WANDERLEY, 2001). Nesta pesquisa, acolhemos como noções interpretativas de categorias sociais que se realizam a partir da localidade como referência empiricamente constituída, ou seja, na prática social do cotidiano (LEFEBVRE, 1978; ALENCAR, 2014; CARNEIRO, 2018). Constituem um par dialético que coexiste em relação de disputa e poder em que o rural é uma forma de projeto de vida em contra-hegemonia e subversivo ao urbano (MOREIRA, 2012).

Campo e cidade; rural e urbano apresentam concepções diferentes a partir de cada área do conhecimento. Lefebvre (2001) descreve que a separação entre cidade e campo adquiriu importância com as primeiras e fundamentais divisões do trabalho: divisão biológica do trabalho- conforme sexo e idade; divisão técnica- organização do trabalho por instrumentos e habilidades.

O autor salienta que as categorias cidade e urbano são diferentes, visto que a cidade é “a realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico” e o

urbano é “ realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento” (LEFEBVRE, 2001, p. 49), não podendo ser compreendidas sem as relações de classe e de propriedade. Podemos fazer este mesmo raciocínio para campo e rural, o campo é o dado concreto, material e o rural, o imaterial de uma relação que os habitantes estabelecem com a Natureza (SUZUKI, 1996).

Na seara da Geografia, campo e cidade são “dimensões ao mesmo tempo distintas e complementares da existência social e, como característica comum, são formas espaciais. Rural e urbano denotam processos e sua identificação perpassa a compreensão de que são, também, fenômenos” (WHITACKER, 2010, p.190). Em outros campos de conhecimento, as concepções são variadas, mas para realidades complexas, o enfoque múltiplo promove diversas possibilidades de análise da relação cidade-campo.

Lefebvre (1978) propõe um caminho metodológico e uma discussão epistemológica para abordar relação entre rural e urbano, a partir dos estudos de prática social e cotidianidade. O pesquisador menciona características próprias dos sujeitos sociais (de forma coletiva) e os modos de vida que vão dar sentido ao rural e urbano. Em ambas, o autor focaliza a relação homem-natureza por uma relação de domínio em que a natureza se transforma em apropriação de vida e desejo ao longo de uma transformação profunda social.

A partir de estudos antropológicos, Maria José Carneiro (2018) apresenta uma abordagem teórica- metodológica sobre rural como categoria social realizada, a partir da localidade como referência empiricamente constituída. Localidade é um termo que indica a forma (campo ou cidade, universos empiricamente referenciados) onde acontece “a natureza rural ou urbana de um grupo ou de suas práticas” (CARNEIRO, 2018, p. 9).

A autora apresenta três correntes de pensamento que se destacaram nos postulados teóricos sobre rural: a redução da população agrícola devido a urbanização; a aproximação entre os padrões de vida entre a população urbana e rural; o fim da dicotomia rural-urbano para qualificar realidades sociais distintas nas sociedades contemporâneas. Reconhecendo o estatuto teórico do rural e urbano,

Carneiro (2018) alerta que é imprescindível identificar no espaço a ser estudado, o lugar e o significado que essas categorias ocupam nas relações sociais.

O pensamento de Carneiro (2018) assemelha-se a discussão de Moreira (2012) sobre o movimento de construção e ressignificação de alguns postulados teóricos sobre o rural. Moreira (2012) propõe um modelo interpretativo do rural a partir do caso latino americano enfatizando o rural na modernidade e dos modelos hegemônicos, contra-hegemônicos e subalternos, em sua abordagem o rural é uma forma de projeto de vida em contra-hegemonia e subversivo ao urbano, uma relação de disputas e poder.

Vasconcelos (1999) revela que há maior concordância entre os pesquisadores sobre noções e conceitos sobre urbano, pois utilizada como qualificativo apresenta menor dificuldade de apreensão do que sobre cidade, já que esta apresenta uma realidade complexa e diferentes prismas. O professor converge com Milton Santos (1994) em que o urbano seria “abstrato, geral e externo” (SANTOS, 1994, p. 69)

Na presente pesquisa, adotamos a perspectiva de Wanderley (2012) em que a relação rural-urbana é analisada a partir da perspectiva de mundo rural – foco de sua análise de pesquisa e estendemos essa compreensão para mundo urbano, em vista que o continuum rural-urbano expressa as relações entre dois pólos que se interrelacionam. Mas, o que implica a palavra mundo na análise? O sentido de mundo é colocado como “um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais” (WANDERLEY, 2001, p.32).

Dito de outra maneira, nosso exame compreende que quer seja observando a relação campo-cidade (forma), em o espaço rural é qualificado pela atividade agrícola e o espaço urbano pelo urbano-industrial quer observando a relação rural-urbana (conteúdo), a partir da prática social e o cotidiano dos sujeitos estamos admitindo também a questão tempo/espaço e as condições concretas que o modo capitalista de produção interfere tanto na forma, como no conteúdo.

Sendo assim, compreendemos o rural e urbano como modos de vida construídos socialmente pelos sujeitos que habitam determinado espaço, cuja múltipla dimensionalidade abrange os aspectos econômicos, geográficos, culturais e

simbólicos e identitários. São lugares de existência, marcada pela combinação de múltiplas redes, sempre dinâmico e em aberto<sup>8</sup>; mundos conectados. A dinâmica entre o rural e o urbano focaliza as relações entre sociedade e natureza apreendidas na produção material e social da vida (ALENCAR, 2008).

As feiras livres materializam relações entre sociedade e natureza; apresentam variedade agrícola e expressam elementos da biodiversidade através dos animais, plantas, da comida, alimentos naturais. Possuem alimentos industrializados, CD, DVD, perfumes, roupas que são trocados e/ou comercializados. A mobilidade dos sujeitos e o fluxo de mercadorias inerentes as suas características proporcionam que seja ponto de encontro do mundo urbano e mundo rural.

A pesquisadora Doralice Maia (2010) em estudo sobre as cidades pequenas na Região Nordeste do Brasil menciona que a maioria das pequenas cidades tem como principal função a administração da economia rural e/ou do recebimento dos recursos federais.

Além disso, vale notar que o pouco movimento encontrado nessas localidades dá-se nos dias das feiras locais não somente nos espaços onde ocorrem as feiras, mas nos estabelecimentos comerciais, principalmente naqueles que vendem produtos voltados para a agropecuária. (MAIA, 2010, p.39)

Na cidade de São Felipe, a feira livre no sábado tem maior movimento; há mobilidade intensa pela força de trabalho, consumo, lazer, uso de serviços, encontros de amigas e amigos, comadres e compadres e parentes. A Prefeitura Municipal se prepara para o dia de sábado: disponibiliza carros e ônibus do transporte escolar para o deslocamento dos habitantes da zona rural do município; equipe da limpeza é reforçada para durante e depois da feira; um servidor municipal é acionado para a cobrança de taxa municipal aos feirantes

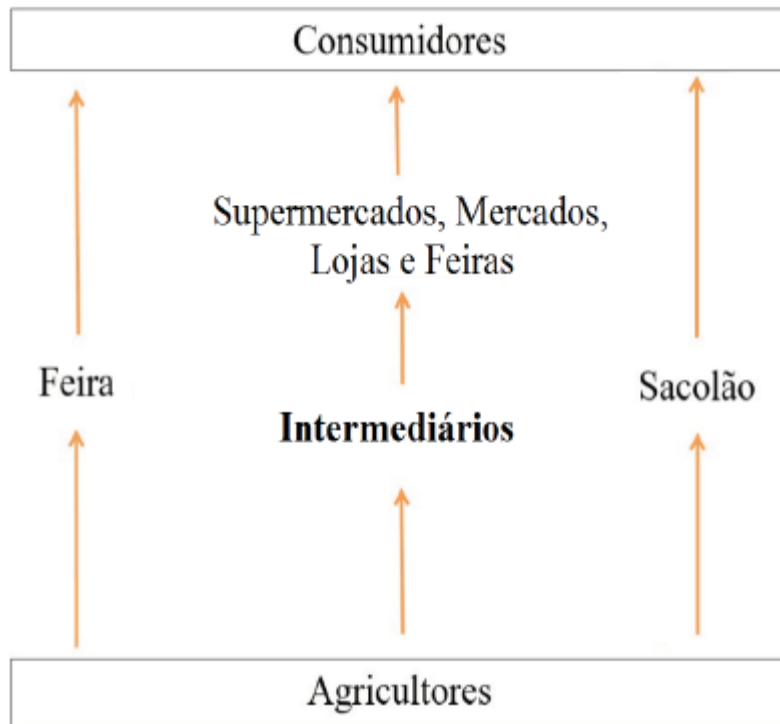
Portilho *et al.* esclarece que feiras livres é “um local onde é possível encontrar todos os atores do sistema alimentar: agricultores, atravessadores e consumidores.” (PORTILHO *et al.*, 2017, p. 102), representada na figura 1. Apesar

---

<sup>8</sup> Para a autora Massey (2008), a categoria lugar é provida de sentido das geometrias de poder do global. Lugar é “não é apenas produto de relações sociais cuja singularidade é marcada pela combinação específica de múltiplas redes, o “lugar-encontro” sempre dinâmico e em aberto, conectado ao mundo; ele está também mergulhado na densa espaço-temporalidade da própria-natureza, nunca estática, que se reconstrói permanentemente em sua indissociável vinculação ao igualmente complexo mundo dos homens”( MASSEY, 2008, p. 12)

do crescimento de supermercados e varejões, é bastante lembrada por conter alimentos frescos e endêmicos, característicos da pequena produção.

**Figura 2-** Circuitos de comercialização



Fonte: VEIGAS; ROVER; MEDEIROS, 2017, p. 376.

## 2.4 UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

O alimento é item indispensável ao ser humano, cuja prática alimentar é descrita historicamente e dependente dos odores, cores e formas, consistência; inserido em um sistema de exclusões e escolhas que revelam identidades e memória social. Luce Giard (1997) alerta que

(...) o alimento escolhido, permitido e preferido é o lugar do empilhamento silencioso de toda uma estratificação de ordens e contra-ordens que dependem ao mesmo tempo de uma etno-história, de uma biologia, de uma climatologia e de uma economia regional, de uma invenção cultural e de uma experiência pessoal. Sua escolha depende de uma soma de fatores positivos e negativos, fatores por sua vez dependentes das determinações objetivas do tempo e do lugar, da diversidade criadora dos grupos humanos e das pessoas, da incontigência indecifrável de micro-histórias (GIARD, 1997 ,p.251-252).

O economista e cientista social Ignacy Sachs propôs em uma palestra sobre a questão alimentar e o ecodesenvolvimento que a geração escrevesse sobre a história das relações cidade-campo salientando a transformação social da humanidade devido à urbanização acelerada: “O que vem acontecendo com a sociedade industrial é uma tremenda uniformização dos padrões alimentares, ao mesmo tempo que a perda de tradições e conhecimentos extremamente valiosos.”( SACHS, 1987, p.136). Tal afirmação demonstra que o problema alimentar está atrelado a outros problemas estruturais.

O pesquisador Antônio da Silva Mello<sup>9</sup> afirmou que “a alimentação da nossa população constitui o problema capital, o mais relevante, o verdadeiro “problema número um” do nosso país” (MELLO, 1961, p. 21). Caio Prado Jr. (2003) em seu estudo sobre a história econômica do Brasil informou que a insuficiência e o abastecimento alimentar adequado foi um grave problema enfrentado pela população colonial. A temática persiste na contemporaneidade sob perspectivas que foram ao longo dos anos, ressignificadas.

O direito à alimentação é um direito humano. Henrique Carneiro (2005, p. 74) afirma que “o alimento é o primeiro e o maior dos paradigmas do comportamento moral, ou seja, da aquisição de autocontrole”, o que corrobora com a menção de

---

<sup>9</sup> Este pesquisador foi diretor do Núcleo Técnico Científico de Biologia da Fundação Getúlio Vargas, membro da Comissão Nacional de Alimentação (1945) e realizou estudos sobre a alimentação nacional. O médico Mello investigou experimentalmente o problema da alimentação de escolares e de doentes de hospital abordando de forma ampla a temática, apontava que a questão deveria ser tratada pelos poderes públicos quanto da intervenção e colaboração da própria população.

Maluf (2017) que a cultura alimentar precisa ser reconhecida, valorizada; faz-se necessário “garantir o acesso aos alimentos com um direito inalienável de todas as pessoas por meio da aquisição e da produção do autoconsumo”. (MALUF, 2017, p. 150)

No Brasil, historicamente a questão do não e/ou limitação de acesso aos alimentos esteve ligada principalmente às desigualdades sociais. Competia ao Estado brasileiro inserir políticas públicas que garantissem que o país saísse do triste georeferenciamento no mapa da fome e estas movimentações são iniciadas em 1930 com a intervenção direcionada para a produção do café (MENEZES; PORTO; GRISA, 2015).

Com o início do processo de industrialização e o financiamento central para a produção agrícola de exportação ocorrem as crises de abastecimento que aliadas aos problemas acarretados da Segunda Guerra mundial favorecem a criação de equipes de estudos com o objetivo de planejar em curto prazo e promover um salário mínimo para os trabalhadores que garantisse a aquisição de alimentos.

Em 1945, foi instalada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), com funções de definir a política nacional de alimentação, estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população, acompanhar e estimular as pesquisas relativas às questões e problemas de alimentação, trabalhar pela correção de defeitos e deficiências da dieta brasileira estimulando e acompanhando campanhas educativas, e contribuir para o desenvolvimento da indústria de alimentos desidratados. (SILVA, 1995, p. XX)

Nota-se que o contexto histórico brasileiro incentivou a expansão da indústria de alimentos com o argumento do número de calorias, no qual foi criticado pelos pesquisadores da área da saúde que não estavam ligados as quaisquer tipos de vantagens econômicas conectadas aos planejamentos do governo. No livro *A Alimentação no Brasil*, o autor expõe um jogo de forças de sujeitos sociais que compunham uma rede com intencionalidades escusas. “Se o problema fôsse só de calorias, como o procuram resolver sábios de gabinete, nada ou muito pouco mais seria preciso. Entretanto, **o problema é mais complexo** e precisa ser encarado de outros pontos de vista.” (MELLO, grifo nosso, 1961, p.44)

As pesquisas acadêmicas sobre a temática durante o período de ditadura militar no Brasil revelam que foram criados os centros de comercialização de alimentos, incentivos para mecanização agrícola, insumos e acirramento das

disputas pela terra. Uma política que intensificou o êxodo rural e problemas da fome e desnutrição entre os mais carentes da população; o memorial da democracia<sup>10</sup> enfatiza que “destaca-se no período a criação da rede Somar, com mais de 100 estabelecimentos varejistas ao redor do país, para venda direta de alimentos à população de baixa renda.”

Em 1945, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (The Food and Agriculture Organization of the United Nations — FAO)<sup>11</sup> foi fundada com o objetivo de aumentar os níveis nutricionais das populações, ampliar a produtividade agrícola, melhorar a qualidade de vida da população rural e contribuir para o crescimento da economia mundial; um de seus membros do comitê consultivo permanente era Josué de Castro (em 1952, torna-se presidente do conselho executivo). Hoje, este fórum reforça a agricultura e o desenvolvimento sustentável, como estratégia a longo prazo para aumentar a produção e o acesso de todos aos alimentos, ao mesmo tempo em que preserva os recursos naturais.

A obra do cientista Josué de Castro, referência nas pesquisas sobre o estudo da alimentação, disserta de forma multidisciplinar sobre as estruturas políticas e científicas que garantem os direitos fundamentais e diminuem a desigualdade social; apontou direcionamentos para a implantação de políticas de segurança alimentar, articulada em redes, com cooperação internacional e fortalecimento da identidade nacional.

Ao analisar a trajetória histórica da segurança alimentar, Silva (2014) destaca a criação do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) I e II na década de 1970, uma ação integrada entre vários organismos de Estado que tinha por objetivo a aquisição dos alimentos produzidos a preços vantajosos para os agricultores e suas organizações produtivas. Citando Peliano (2010), o autor salienta as diferenças de concepção do programa está na preocupação com alimentos básicos ao invés dos industrializados.

Na década de 1970, Sistema Nacional de Abastecimento brasileiro (SUNAB) era composto pelos centros de abastecimento: Companhia Brasileira de Alimentos

---

<sup>10</sup> Museu virtual com o objetivo de contribuir para o resgate da memória das lutas de nosso povo pela democracia, pela igualdade e pela justiça social. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/museu>. Acesso em: 16 de março de 2018.

<sup>11</sup>Vide <https://nacoesunidas.org/agencia/fao/>.

(Cobal) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), juntamente com a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB). Esta estrutura foi muito importante para a política de operacionalização da cadeia de produção e distribuição dos alimentos, conforme apontam os estudos de Silva (2014).

Nas décadas de 1980 e 1990, as insatisfações com a política de abastecimento de alimentos associada aos problemas econômicos que atravessava o país, impulsionaram políticas públicas direcionadas à questão da segurança alimentar, destaca-se principalmente: Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); programa de crédito rural para agricultura familiar.

Neste mesmo período, em 1986, acontece no Canadá a primeira Conferência Internacional em Promoção de Saúde que reconheceu como requisitos fundamentais para a saúde: paz, habitação, educação, alimentação, poder aquisitivo, ecossistema estável, recursos sustentáveis justiça social e equidade. É neste período que é elaborado o documento Segurança Alimentar – proposta de uma política contra a fome, primeira vez que o termo foi utilizado com a finalidade de propor uma política. Nesta seara, cabe ressaltar a dedicação incessante do professor Renato Sérgio Jamil Maluf, professor do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/ UFRJ) e coordenador do Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN) que além de desenvolver e orientar pesquisas sobre a temática participou do primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)<sup>12</sup> e na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar em 1994.

No século XXI, os três mecanismos de intervenção que merecem ser evidenciados são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>13</sup> e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>14</sup> e o Programa Fome Zero<sup>15</sup> que

---

<sup>12</sup> Extinto no ano de 2019. O estado da Bahia manteve atuação do CONSEA-BA.

<sup>13</sup> Programa que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Segundo a Lei nº 11.947/ 2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

<sup>14</sup> Criado em 2003, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

permitem agricultores familiares, sujeitos historicamente não participantes diretos das decisões do planejamento estatal, acessassem aos programas de políticas públicas com maiores ganhos dos mesmos.

Em 2014, o Brasil saiu do mapa mundial da fome e o PLASAN aponta diversas diretrizes e prioridades, considerando a produção agroecológica e de base familiar, para assegurar “comida de verdade” a toda população. Esta “comida de verdade” contempla a variedade de alimentos que são vendidos nas feiras livres.

O Plano Nacional de Segurança Alimentar sinaliza quatro dimensões da segurança alimentar : disponibilidade que compreende a dinâmica da produção de alimentos; acesso que abrange questões relacionadas à renda; utilização que canaliza as questões de saúde; estabilidade que compreende o universo educacional. Dimensões que dialogam diretamente com o objetivo 2 : **Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável** do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ODS- ONU) que deve ser implementado por todos os países do mundo até 2030.

O modo de produção capitalista tende a homogeneização, inclusive dos hábitos alimentares. Josué de Castro, na época que participava dos Planos e Projetos de Desenvolvimento do país, questionou “até que ponto o progresso econômico realizado tem sido favorável e até que ponto tem ele fracassado no sentido de melhorar as condições de alimentação do nosso povo – alargando a negras manchas de miséria de nossa geografia da fome” (CASTRO, p. 49, 1983). O questionamento nos leva a reflexão de quem são os sujeitos que estarão seguros alimentariamente e nutricionalmente e qual a construção de soberania alimentar está sendo realizada.

O conceito de Segurança Alimentar adotado pelo Estado brasileiro é

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006)

---

<sup>15</sup> Foi um programa do Governo Federal, que visa o direito de alimentação da população brasileira. É uma maneira de garantir cidadania às populações vulneráveis à fome.

No plano documental percebe-se que tivemos avanços nas políticas públicas com relação ao assunto, pois os documentos explicitam uma abordagem multidimensional e possibilidades de articulação. A questão que se coloca como maior entrave da dificuldade de transpor do plano das ideias para o plano da prática são minúcias da práxis política, como alerta

O problema que se coloca é que, embora o sistema e a política de SAN definam claramente seus objetivos, parece haver dificuldades de percepção sobre quais são as medidas implementadas de SAN e a eficácia delas, em virtude de algumas características intrínsecas à política, como sua transversalidade temática e a possível sobreposição de diversas ações, complementares ou não entre si. (CUSTÓDIO, 2009, p.XX)

A análise sobre a construção de uma política de segurança alimentar no Brasil confirma estas interferências e nos fazem refletir a necessidade de uma participação maior da sociedade na práxis para que a territorialização do capital não imponha determinações em prol dos seus interesses.

Analisando a distribuição de alimentos pela população, Mello (1961) dissertou sobre os impactos negativos sobre os intermediários dos produtos agrícolas e os abusos que devem ser combatidos apontando a necessidade das municipalidades estimularem a venda livre destes alimentos e que as feiras livres, uma vez estabelecidas<sup>16</sup> pelo Estado devem ser incentivadas.

Passados vinte anos do século XXI, o problema ainda persiste, conforme o estudo da organização Oxfam que apresentou relatório<sup>17</sup> reflexionando como a cadeia de produção se relaciona com a distribuição de alimentos e a exploração dos trabalhadores rurais e pequenos produtores, na América Latina, África e Ásia.

No es fruto de la casualidad que el incremento del poder de los supermercados se haya producido al mismo tiempo en que los Gobiernos de multitud de países han aplicado una agenda basada en la liberalización del comercio y la desregulación de los mercados agrícola y laboral. El resultado de este enfoque en materia de políticas públicas es una drástica reducción del poder de negociación de las personas que cultivan y producen los alimentos. (WILLOUGHBY; GORE, 2018)

Esta cadeia de exploração é analisada por Esteve (2017) que descreve como os supermercados controlam a cadeia alimentar de forma que o campesinato fica

<sup>16</sup> Para o autor, as feiras poderiam ser padronizadas e financiadas pelo Estado para distribuir os produtos agrícolas e suprimir os intermediários.

<sup>17</sup> Relatório de pesquisa do Projeto Hora de Mudar- Desigualdade e sofrimento humano nas cadeias de fornecimento dos supermercados.

subalternizado a outras explorações para além da competitividade com o agronegócio. A autora argumenta que a compra no supermercado está implícito em um imaginário de liberdade, modernidade e escolha, porém estamos condicionados a comprar o “da prateleira”, nosso consumo é registrado em sistemas que podem vim a ser compartilhados através do uso do cartão de crédito e tendem a atacar o tecido econômico local.

Quando falamos em soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional estamos reflexionando sobre uma alimentação saudável que foi construída pela racionalidade científica moderna, de normatividade geral e cuja discursividade está presente no nosso cotidiano na escolha dos alimentos. Convergimos com Janice Souza (2016) que,

Diante das consequências do mundo globalizado na saúde e no estado nutricional, considera-se importante o conhecimento e a valorização de práticas alimentares saudáveis que, quando associados ao estímulo da produção local de alimentos, da agricultura familiar e do consumo de alimentos regionais, podem auxiliar na promoção da saúde (BOTELHO, 2006; GINANI, 2011), favorecendo a geração de renda e o aumento da oferta de empregos (SOUZA, 2016, p.27).

Neste quesito, as feiras livres dos pequenos municípios são canais potenciais de divulgação de saberes e onde o alimento endêmico revela a cultura alimentar dos sujeitos e onde o freqüentar a feira é um ato político de subversão à um sistema de controle da alimentação de uma lógica capitalista que produz desigualdades econômicas e sociais.

Segundo o Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MAPASAN, 2014), São Felipe possui ações de SAN coordenadas pela Secretaria de Saúde e apesar de possuir um mercado municipal e uma feira livre que ocorre com periodicidade semanal, o município não possui Lei Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (ou Lei Orgânica de SAN - LOSAN), o que poderia auxiliar na indução do fortalecimento de assistência social.

O relatório aponta que não há Secretaria responsável pelo abastecimento alimentar e que as cozinhas escolares, creches e equipamentos da rede sócio assistencial (CRAS, CREAS) recebem produtos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Sobre as discussões em Plenárias, a primeira a ser realizada ocorreu em 04 de dezembro de 2019 promovidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município e CONSEA BA.

O evento faz parte de um conjunto de ações do CONSEA-BA nos municípios devido aos dados divulgados pelo IBGE sobre o aumento da miséria no país e conseqüentemente o aumento da fome. Nas conversas informais com os são-felipenses, um indicativo de aumento da pobreza- para eles- é ver grande quantidade do peixe XANGÔ<sup>18</sup> (*Centengraulis edentulus*) comercializado no mercado e na feira livre, principalmente.

Heredia (1979) esclarece que,

(...) O contrário de **ter comida** é expresso como **passar fome**. No entanto, passar fome não implica necessariamente na ausência total de alimentos; com esse termo se está indicando a ausência de determinados produtos considerados como base da dieta alimentar. Ou, em outras palavras, **passar fome** significa sofrer a carência dos produtos socialmente reconhecidos como **comida**. (HEREDIA, 1979, p.122-123)

No caso dos são-felipenses, a proteína animal principal da alimentação é a carne bovina, posteriormente em grau de importância, o frango e o porco. O Xangô (Figura 2) apesar de ser consumido como “tira-gosto”, não é considerado prioritário na dieta alimentar.

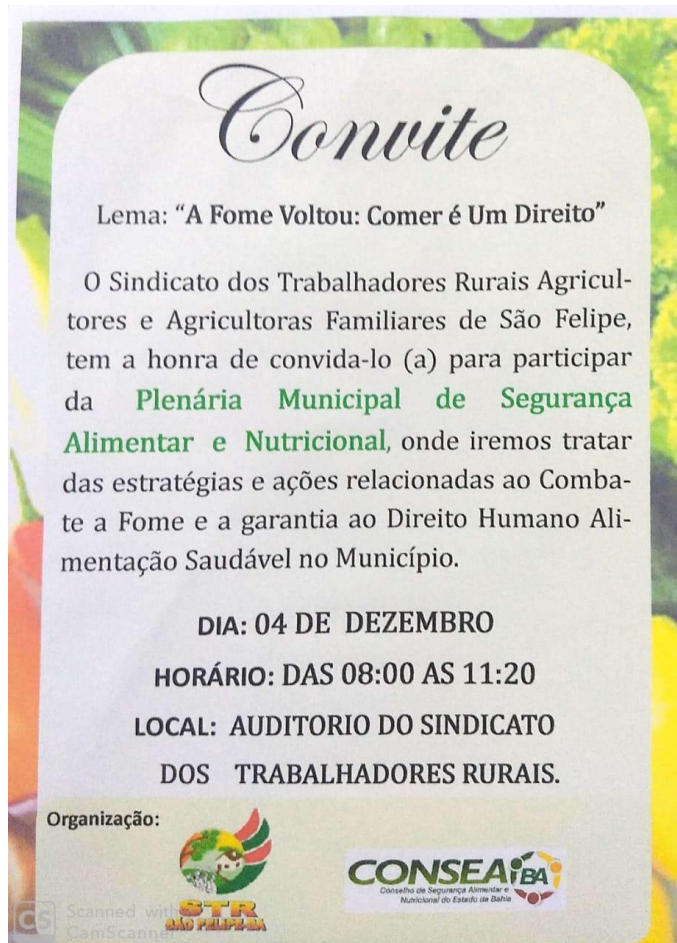
**Figura 3-** Venda de Xangó, Feira livre de São Felipe, 2019



Fonte: A autora, 2019.

<sup>18</sup> O peixe XANGÔ é também utilizado como isca para a captura de siri nos municípios de Maragogipe e Saubara. SOUZA, Edson (2015).

**Figura 4-** Convite Plenária SAN, São Felipe, 2019



Fonte: JC REPORTER, 2019. Disponível: <http://jcreporter.com.br/convite-plenaria-municipal-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/>. Acesso em: 3 dez. 2019.

### 3. SÃO FELIPE DAS ROÇAS E DA FEIRA

Este capítulo disserta sobre a espacialidade do município de São Felipe tendo por base a análise do espaço-materialidade, fruto das relações sociais impressas na configuração territorial; o desenvolvimento econômico municipal e aspectos gerais da formação da sua feira livre.

#### 3.1 HISTÓRIA E ECONOMIA DO MUNICÍPIO

O povoamento da área que hoje constitui o município de São Felipe foi motivado pela fertilidade do solo, visto que a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1958) aponta que os irmãos Tiago e Felipe Dias Gato, parentes próximos do Senhor Bartolomeu Gato de Castro<sup>19</sup> partiram desta localidade por volta de 1678, ocuparam um sítio nas proximidades do rio Copioba, junto das margens do rio Pequi, edificando a primeira moradia e fazendo plantações. Em virtude das condições edafoclimáticas que garantia sucesso nos cultivos, os irmãos Felipe e Tiago aliciaram a vinda de outros moradores, o que fez aumentar o número de habitantes. (IBGE, 2017).

Com a construção da capela, em 1681, em homenagem aos apóstolos São Felipe e São Tiago, que se tornaram padroeiros da nova localidade, o pequeno povoado se tornou conhecido pela designação de São Felipe das Roças, devido à quantidade de lavouras de mandioca, fumo, cana-de-açúcar e cereais existentes. Mais tarde, talvez por terem verificado que as cabeceiras do rio Copioba não estavam muito longe do povoado, passaram a chamá-lo de São Felipe das Cabeceiras. (IBGE, 2017)

Os estudos de Guida Marques (2014) sobre o processo de expansão territorial e formação política da sociedade colonial baiana revelam que as entradas no sertão baiano<sup>20</sup> na segunda metade do século XVII, a guerra dos bárbaros<sup>21</sup>,

---

<sup>19</sup> Senhor Bartolomeu Gato de Castro (verificar o nome correto), português, influente na localidade e irmão do vigário Manuel Coelho Gato, dono de muitas terras e escravos.

<sup>20</sup>“O termo sertão deve ser compreendido como uma construção social e histórica ancorada no contexto da descoberta e posterior domínio do território colonial português de além mar.” (SIERING, 2008, p.19)

<sup>21</sup>A Guerra dos Bárbaros corresponde ao período de ataque às várias nações indígenas na atual região Nordeste do Brasil durante o período de 1650 e 1720, cujas diferentes jornadas estão imbricadas com a complexidade das dinâmicas locais. O primeiro episódio desta guerra foi a Guerra

dizimou uma série de indígenas de diferentes nações. Estevão Ribeiro Bahião Parente foi o sertanista e explorador brasileiro que comandou as ações nesta região e a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1958) aponta o extermínio dos maracás ou maracans, também chamados de Aimorés pelos jesuítas e cronistas (SANTOS, 2018).

Com o crescimento da população, em 1718 é elevada à condição de Freguesia e após 162 anos- em 29 de maio de 1880, através da Lei nº 1.952- graças ao desenvolvimento local, torna-se Vila (Mapa IGHB que será inserido). Em 30 de março de 1938, através do Decreto Lei nº 10724, sua sede foi elevada à categoria de cidade e conforme a Lei nº 628, de 30 de dezembro de 1953, configuração que permaneceu aos dias atuais, o município (Mapa 2) possui uma sede com mesmo nome e dois Distritos: São Felipe e Caraipe (IBGE, 2017).

MAPA IGHB- Será inserida a imagem de um mapa do desmembramento do território de Maragogipe

---

do Recôncavo e os registros históricos revelam que o pedido de guerra foi realizado pela população branca local que alegava invasão, assaltos, mortes e roubos realizados pelos gentios bravos-indígenas- e ameaçavam abandonar as terras. Vale ressaltar que este período “corresponde a uma fase de institucionalização importante na América Portuguesa, levando a sua plena integração política no Império.” (MARQUES, 2014, p.32)

**Mapa 2-** Localização do município de São Felipe



Fonte: Ramos, 2018.

Segundo Santos (2013), algumas propriedades de terras do município cumpriram o critério de hereditariedade, inclusive ex-escravos e seus descendentes –afilhados dos proprietários de terra- eram mantidos como mão de obra. Jesus (2017) alerta que eram “Relações essas de dependência e trocas de favores que

muitas vezes eram tidas à força de ameaças do proprietário aos seus agregados e rendeiros” (JESUS, 2017, p. 86).

Desde o início da ocupação do território, ocorreu no município o retalhamento de terras entre herdeiros e a venda de terras com indícios de relações de parentesco e compadrio de outras regiões ou ex-escravos em busca de moradia e trabalho permitiu a construção de uma relação de agregados e rendeiros (SANTOS, 2013). Conceição (2015) verificou os registros de casamento e batismo durante o período de 1889-1920 e constatou a forte presença de compadrio entre senhor e trabalhadores marcados por prestígio social para um e proteção e amparo para outro.

A organização do espaço de São Felipe proporcionou uma grande quantidade de minifúndios em que se encontram agricultores familiares camponeses (JESUS, 2017). A estrutura fundiária do município, reflexo da sua construção sociohistórica, apresenta concentração fundiária forte (Tabela 3), o que demonstra parte dos desafios dos agricultores familiares na produção que garantam acesso aos Projetos de Mercados Institucionais- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa PNAE.

**Tabela 3-** Índice de Gini, município de São Felipe, 1920-2017

Ano	Índice de Gini
1920	0,977
1940	0,523
1950	0,689
1960	0,63
1970	0,637
1975	0,618
1980	0,617
1985	0,684
1996	0,708
2006	0,749
2017	

Fonte: Elaboração da autora, com base no GeografAR (2020), Censo Agropecuário 2017.

**Tabela 4-** Número de estabelecimentos agropecuários, Brasil- Bahia- São Felipe, 2006/2017

	2006			2017		
	Agricultores Familiares	Agricultores Não Familiares	Total	Agricultores Familiares	Agricultores Não Familiares	Total
Brasil	4.366.267	809.639	5.175.636	3.897.408	1.175.916	5.073.324
Bahia	665.767	95.791	761.558	593.411	169.437	762.848
São Felipe	2.653	203	2.856	1.783	360	2.143

Fonte: Elaboração da autora, com base no Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2017).

Observa-se que o número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar diminuiu no município, acompanhando a realidade nacional. Necessita de uma análise mais profunda, mas em conversas informais com são-felipenses, eles atribuem este dado ao desinteresse dos jovens em continuar na zona rural, os preços baixos de venda dos produtos agrícolas e alto custo para manter uma propriedade, o surgimento de loteamentos nas comunidades rurais.

Jesus (2017) pesquisou sobre o espaço agrário de São Felipe e constatou que a relação na produção de alguns agricultores familiares do município de São Felipe/BA prioriza o plantio para o consumo da família e o excedente é destinado. Para a autora, que classifica como agricultores camponeses, a

venda da produção dos agricultores familiares de São Felipe ocorre, na sua maioria (65,3%), para os atravessadores eles não se arriscam com os cultivos, mas ganham sob a produção e a força do trabalho dos agricultores, sendo assim uma forma de exploração do trabalho e da produção dos agricultores rurais. Porém, com a inserção principalmente das mulheres na produção de bolos, doces, sucos, beiju e outros alimentos a partir dos cultivos da mandioca e aipim, por meio do associativismo e do cooperativismo, ocorreu a venda de parte (4,9%) da produção para as lanchonetes da UFRB e também para supermercados da cidade de São Felipe. Mesmo que ainda seja uma pequena parte da produção desses agricultores vendida dessa maneira favorece e estimula outros agricultores familiares a buscarem meios de vender seus cultivos a preços justos e de forma direta aos clientes sem a intermediação de atravessadores.(JESUS, 2017, p. 115)

Sobre o entendimento dos agricultores que acessaram os programas PRONAF, PAA e PNAE, Jesus (2017) verifica que

quando questionados em relação a deixarem uma proposta para melhorar a relação com essas políticas públicas acessadas, possibilitando o acesso com mais frequência, eles responderam que a melhoria deveria ser em relação às informações para os agricultores e diminuir a burocracia para o acesso porque muitas vezes eles desistem por conta disso.(JESUS,2017,p.116)

Figura 5- Comunidades rurais, município São Felipe



Fonte: PMSF (2007) / Modificado  
 \*Sem informação de escala

Fonte: ESPÍNOLA, 2013, p. 97.

A tabela 5 apresenta a distribuição absoluta e relativa da população são-felipense entre áreas rurais e urbanas e o mapa 3 demonstra a concentração

populacional do município. Sobre a população e sua distribuição espacial verificamos que o município é predominantemente rural e de pequeno porte.

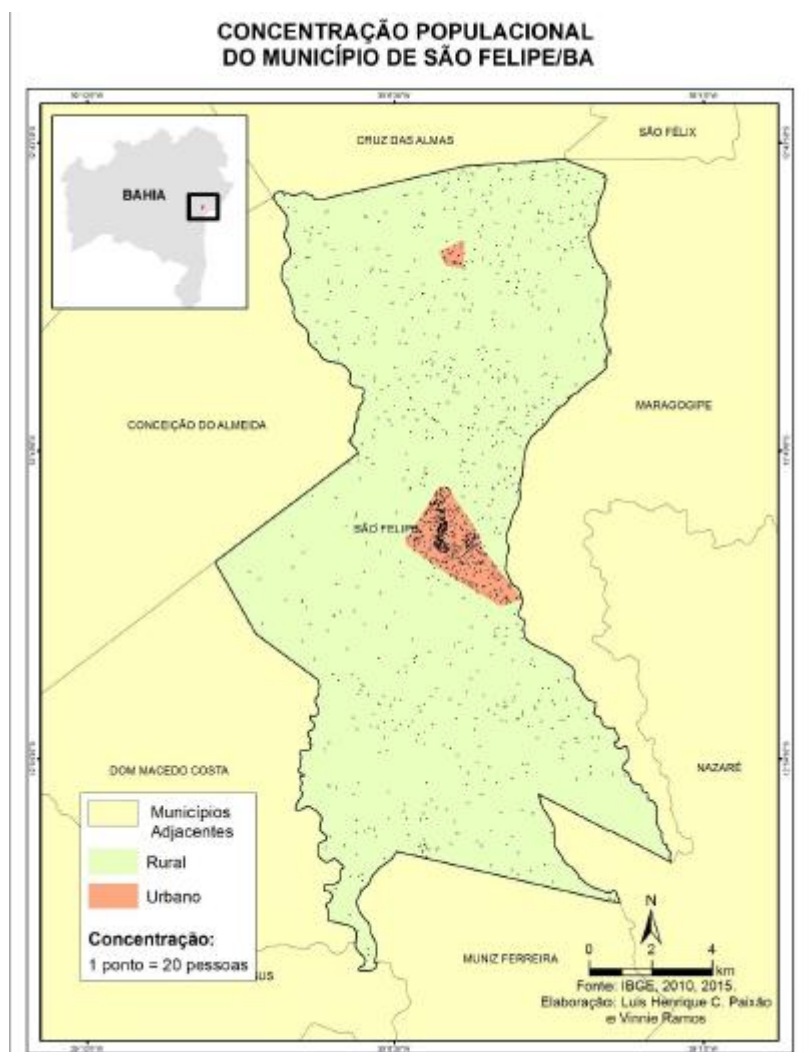
**Tabela 5-** População residente por situação de domicílio, São Felipe, 1991/2000/2010

Ano	População Rural	%	População Urbana	%	Total
1991	13.207	65,7	6.906	34,3	20.113
2000	11.978	59	8.250	41	20.228
2010	10.485	51,6	9.820	48,4	20.305
2019*					21.074

Nota: \* População Estimada

Fonte: Elaborada pela autora, com base Censo Censitário (IBGE).

**Mapa 3-** Concentração Populacional, São Felipe, 2010



Fonte: Ramos, 2018, p.30.

A economia do município é regulada pelo setor de serviços, conforme os dados da Tabela 5 (SEI, 2020), apesar da importância da atividade agrícola para o município, principalmente para os menos favorecidos. Segundo o IBGE (2020), no setor primário desta economia destaca-se a lavoura de mandioca, cana-de-açúcar, laranja e milho.

**Tabela 6-** Estrutura Setorial do PIB municipal, São Felipe, 2017-2013

Estrutura setorial (%)			
Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços
2017	13,39	5,28	81,33
2016	20,7	5,89	73,41
2015	19	6	74
2014	19	7	74
2013	17	5	78

Fonte: Elaboração da autora com base na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2020)

Neste subcapítulo serão inseridas informações sobre mercado de trabalho no município, infraestrutura e equipamentos, dados de educação e saúde.

### 3.2 LOCALIZAÇÃO, CARACTERÍSTICAS SOCIOAMBIENTAIS

Neste subcapítulo serão apresentadas as características socioambientais do município: a estrutura físico-geográfica, considerando a sua localização no Recôncavo Baiano; a condição de São Felipe como pequeno Município rural e a sede do município, de mesmo nome, como cidade pequena, destacando a questão ambiental e o uso da natureza.

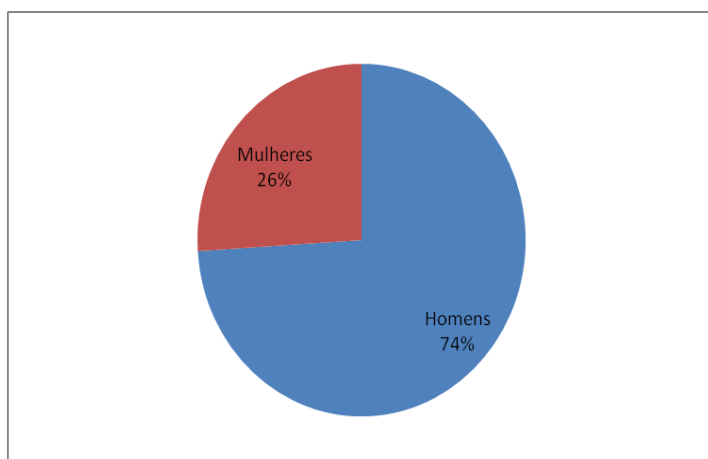
### 3.3 UM OLHAR SOBRE A FEIRA LIVRE DE SÃO FELIPE

Não encontramos nos documentos da Prefeitura Municipal de São Felipe sobre quando começou a feira livre. Através das conversas informais e narrativas dos feirantes mais idosos, fizemos um resgate sobre as principais transformações desta feira.

Serão inseridas três plantas esquemáticas que demonstram as principais alterações que ocorreram na feira livre, durante os últimos 50 anos (a partir das narrativas e conversas informais)

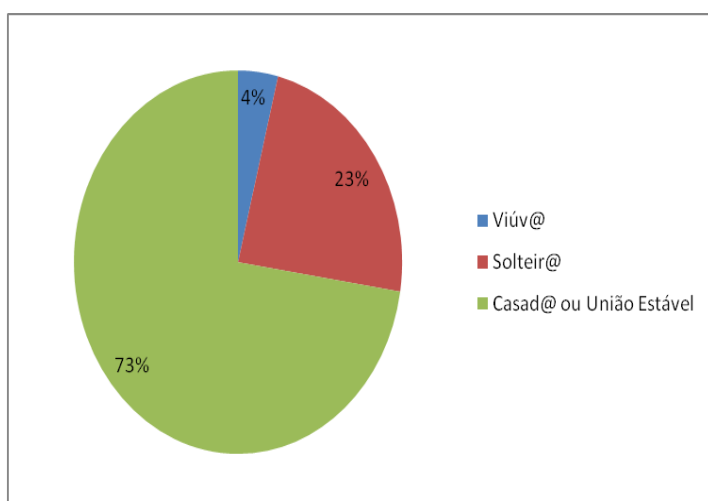
Na pesquisa realizada em 2016 verificamos a predominância do sexo masculino (88%), estado civil casado ou em união estável (79%). Em 2020, aplicamos novo questionário motivado pelo aumento significativo de mulheres na liderança na barraca (gráfico 1) e a continuidade da predominância dos casados ou união estável (gráfico 2). Verificamos que a feira livre possui caráter familiar, onde cada barraca é representativa de um núcleo familiar e um total de 118 dependentes dos feirantes é beneficiado com a renda da feira.

**Gráfico 1-** Sexo dos feirantes, São Felipe, 2020



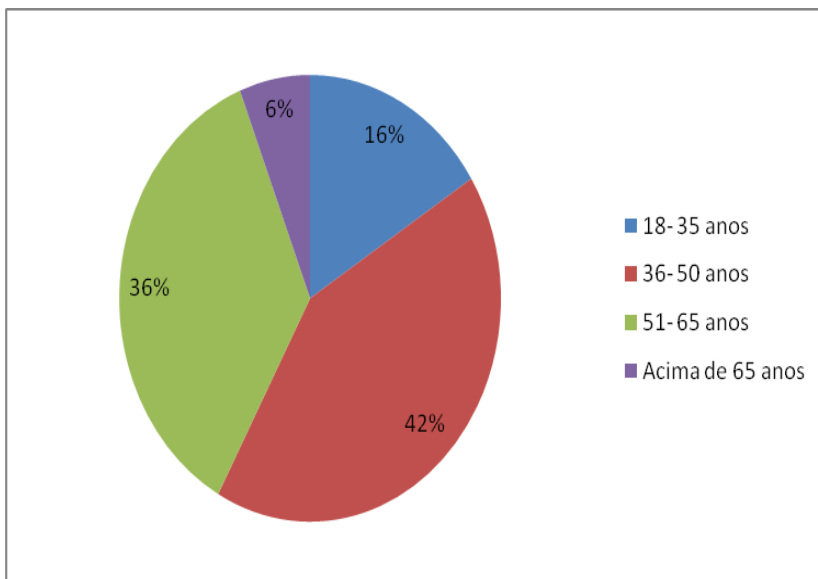
Fonte: Elaboração da autora, 2020.

**Gráfico 2-** Estado civil dos feirantes, São Felipe, 2020



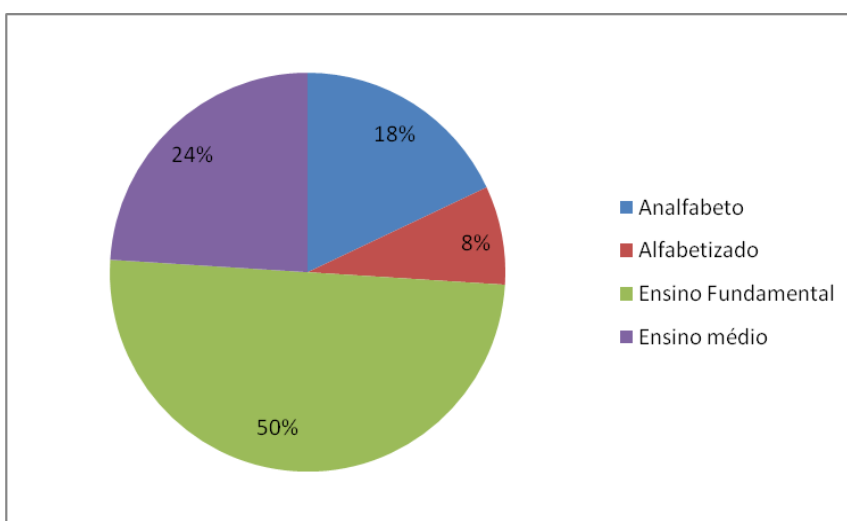
Fonte: Elaboração da autora, 2020.

A maioria dos feirantes é natural de São Felipe (80,9%), sendo que 52,38% residentes na zona rural e 28,57% na cidade, os demais residem na zona rural dos municípios que fazem divisa, dos quais 60% são do município de Maragogipe. Quanto à faixa etária possui variação significativa entre 36 e 50 anos (gráfico 3).

**Gráfico 3-** Faixa etária dos feirantes, São Felipe, 2020

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Com relação à escolaridade (gráfico 4) houve um aumento significativo da escolaridade. Na pesquisa de 2016, 52,38% afirmaram ter parado de estudar no ensino fundamental; 14,28% são analfabetos, a mesma quantidade de entrevistados que possuem ensino médio completo; 19,04% se declararam alfabetizados. Sobre esta questão, verificamos que alguns feirantes que tinham ensino fundamental na época voltaram a estudar e o aumento de filhos liderando a barraca, o que justifica o aumento do número de solteiros (gráfico 2).

**Gráfico 4-** Grau de instrução dos feirantes, São Felipe, 2020

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Apenas 10% dos feirantes afirmam participar de outras feiras, que pertencem aos municípios de Salvador, Conceição do Almeida, Sapeaçu, Cruz das Almas. O que evidencia o potencial regional de alcance dos produtos através do canal de comercialização feira livre, visto que são feirantes-agricultores.

Será inserido um mapa de potencial regional de alcance de produtos

#### 4. A MORADA: TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

Morada é casa, lugar que se habita, lugar que se permanece. Proveniente do latim *habere*, raiz do verbo haver, habituar, vestir, o *habitaculum* (casa, morada, abrigo) são colocadas na modernidade de forma individualizada (GREGORI, 1992). Perguntamos: O lugar que habita e que se permanece é somente particular, individual?

Convergimos com Bachelard (1974) que todo espaço vivido tem no seu interior a noção de casa, morada e percorrer a compreensão do sentimento, neste estudo expresso pelo modo de vida, dos sujeitos que habitam e revelam o interno, os silêncios e barulhos- lidos na nossa pesquisa como a dimensão territorial e social, da coexistência contemporânea entre modernidade e tradição.

Nesse sentido, o modo de vida- cerne da morada- apresenta

Como exigência da categoria modo de vida, razão e sentimento se encontram uma vez que nesta categoria, visto que a centralidade da análise encontra-se no protagonismo destes sujeitos históricos. A dimensão do real, aquilo que está posto não limita o campo de análise, pois os sonhos e desejos dos sujeitos pesquisados transmutam o real, o visto; de forma transgressora na dimensão do sonho ultrapassa o real abrindo o campo de possibilidades. (ALCANTARA, 2011, p.28)

Neste capítulo são apresentados os resultados que caracterizam as dinâmicas territoriais expressas na feira livre, as expressões do cotidiano presente nos sujeitos que a frequentam e o perfil de biodiversidade. Apresentamos algumas discussões sobre desenvolvimento, território, cultura à luz da compreensão da escala global e local e no território-lugar que habita e permanece.

##### 4.1 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E CULTURA

Para Bonnemaiso (2002), o conceito de território aparece nos estudos científicos a partir da etologia<sup>22</sup>, por volta de 1930, sendo que a primeira definição foi realizada por Elliot Howard que da observação da vida social de animais, sobretudo a dos pássaros, chegou a definição que estes vivem em sociedade com território exclusivo e limitado e possuem uma territorialidade, característica de tomar posse deste território e defender.

---

<sup>22</sup> Campo da Biologia que estuda o comportamento social e individual dos animais em seu habitat natural.

Saquet (2018) aponta que a categoria território tornou-se mais conhecida a partir de 1970 com a crise do pós-fordismo, pois sindicalistas e pesquisadores nesta época verificam a importância da organização territorial, na fábrica e fora dela, por meio das relações sociais estabelecidas histórico-geograficamente. Para o autor,

O território contém essas relações e significa, num primeiro nível, espaço de (in)formação, mobilização, luta e resistência aos agentes do capital, além de objeto de estudos e orientação conceitual na análise e interpretação científica (SAQUET, 2008, 2015 [2011], 2013, 2014b, 2017a)(SAQUET, 2018, p.482)

Esta compreensão admite características epistemológicas e ontológicas fundamentais que apresentamos baseado em Félix Guattari (1985), Rogério Haesbaert (2007), Marcos Saquet (2018),

- Apropriado- Possui uma ordem social, econômica e política dominante; relações de poder implícitas e explícitas. Em todos os níveis (social, cultural, econômico e ambiental) ocorrem as ligações por redes (curtas, intermediárias e longas, concretas e virtuais, efêmeras e duradouras), malhas e pontos.
- Níveis escalares- Admite as geometrias de poder, sendo assim pode ser produzido com níveis pontuais, de forma trans e multiescalar e/ou relações trans-territoriais.
- Territorialidades- Envolve uma ordem de subjetividade individual e coletiva que produz territorialidades e/ou multiterritorialidades num processo histórico centrado nas relações de poder, nas redes e nas identidades culturais. Sendo assim, possuem conflitos, contradições e lutas de classes, disputas territoriais.
- Complexidade e heterogeneidade- Perda de limites e fronteiras internamente e entre os territórios que estão fundamentadas a partir das relações sociedade-natureza. Há um amplo movimento de desterritorialização e reterritorialização.

A discussão territorial também é foco das políticas públicas, cujo conceito adotado é espaço físico geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – ambiente, economia, sociedade, cultura, política e institucional – e uma população

com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (SDT/MDA, 2005).

Para Milton Santos (2002), o território “não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. (...) é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.” (SANTOS, M., 2002, p.225). O intelectual a partir da categoria de análise território usado argumenta o território como princípio, como “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2002, p.225).

Haesbaert (2004) apresenta julgamento sobre território a partir de uma perspectiva multidimensional (político-jurídico, econômico e culturalista) que revela um conceito deste como uma dimensão espacial em que se mostram processos de dominação mais concretos, tanto pela produção material quanto em termos jurídico-políticos. É também um espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos com certo lugar.

Convergindo nesta abordagem teórica e diante dos paradigmas da abordagem territorial, Saquet (2008) aponta o **território-lugar** como centralidade para a discussão, pois é

o espaço-tempo onde o **povo** vive, sente, percebe, respira, aspira, sofre, interage (social e social-naturalmente), reconhece, luta, resiste, degrada, preserva; onde é extorquido, explorado, subordinado e pode reordenar as relações de poder para viver de maneira mais simétrica. (...) contém relações sociais e relações sociedade-natureza, conexões e redes, relações e significados plurais, além da produção econômica, natureza, apropriação, identidade e patrimônio cultural (SAQUET, 2018, p.488).

Com entendimento analisamos a feira de São Felipe como um território-lugar, repleto de dinâmicas e onde múltiplas territorialidades proporcionam cor, sabor, sons, cheiros. Os sujeitos, frequentadores da feira, concebem um modo particular de utilização do espaço e de ordenação social, em que a feira é “uma instituição econômica e prática social, constituída de notória dimensão geográfica” (MOTA; SANTANA, PINHEIRO, 2015) é o ponto de encontro da relação rural-urbana.

Enquanto instituição econômica, ela não tem nenhuma normatização de Estado, do ente municipal, que a rege. No Plano Diretor Municipal vigente (2007), instrumento de planejamento municipal norteador para o desenvolvimento e crescimento urbano (BRASIL, 2015, p. 56) e que conforme Estatuto da Cidade alerta que se deve promover a “integração e a complementaridade entre atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência” (BRASIL, 2001, n.p), a palavra feira livre sequer é citada.

Mesmo com o apoio municipal para que ocorra, visto que além da preparação no processo organizativo da cidade, arca com o aluguel do galpão (Foto 1) para guardar as barracas dos feirantes, a feira livre não foi mencionada no Plano Plurianual Participativo (2014-2017). Naquele Plano é apontada na caracterização do município e prevê que a Secretaria de Agricultura do município realize a identificação, reestruturação e incentivo a arrecadação dos autônomos, ambulantes e feirantes do município.

**Foto 1-** Depósito das barracas dos feirantes, 2020



Fonte: A autora, 2020.

Os feirantes relataram que além da taxa de serviços municipais cobrada pela Prefeitura que varia entre R\$2,00- R\$7,00 (Foto 2), eles arcam com a despesa de montagem e desmontagem da barraca que varia entre R\$7,00 e R\$15,00 que são pagos a diaristas<sup>23</sup> que realizam este serviço na cidade. Para os feirantes que não possuem barraca, o preço pago é avaliado pelo Fiscal da Prefeitura, através da quantidade de mercadorias.

**Foto 2-** Recibo de Pagamento taxa municipal, 2020

**Prefeitura Municipal de São Felipe**

RECEITA MUNICIPAL LEI - MUNICIPAL

Nº 8831 Exercício de 20

R\$ \_\_\_\_\_  
R\$ 7,00  
R\$ \_\_\_\_\_  
TOTAL R\$ \_\_\_\_\_

O Sr. \_\_\_\_\_  
pagou a quantia de \_\_\_\_\_  
proveniente do imposto de \_\_\_\_\_

São Felipe, em 11 de 01 de 20 20

\_\_\_\_\_  
pelo TESOUREIRO

Fonte: A autora, 2020.

A taxa de serviço cobrada pela Prefeitura é condicionada ao tamanho da barraca. O Fiscal recolhe a taxa em dinheiro e apresenta um recibo que é motivo de insatisfação,

A gente paga toda semana, recebe este papel aqui. Eu não estudei muito, mas tá vendo que não tem garantia nenhuma? A gente não tem cadastro e em pouquinho e pouquinho tem dinheiro nosso. Mas, tem benefício? Qual? Olha o lixo, olha as barracas e quando chove, olha esse fedô de peixe. Fala com o fiscal e ele diz que não é com ele..... Não é com ele, não é com a Prefeitura, não é com vereador. É a gente lutando e agradecendo a Deus por ter força, né? O que importa é a saúde, né? (E5, 2020)

<sup>23</sup> Diaristas não possuem vínculo trabalhista nem com a Prefeitura, nem com empresa privada. São trabalhadores que exercem uma função importante de organização do espaço e que segundo os feirantes, o preço pago pelo serviço é menor do que o gasto que teriam para vir à cidade na sexta-feira, só para montar a barraca.

O testemunho do feirante E5 – homem, agricultor familiar, feirante há mais de 20 anos- revela que não há uma prestação de contas da Secretaria de Serviços Públicos do Município para os feirantes e do sentimento de abandono e pouco retorno da Prefeitura com relação à organização do espaço.

Na pergunta sobre os pontos negativos da feira livre, os feirantes responderam na seguinte ordem: organização do espaço (58,84%), Não tem/ não considera que possua (19,60%), baixo fluxo de consumidores (15,68%), taxa/cobrança (3,92%), Segurança (1,96%).

Na feira livre de São Felipe, o apropriado do território- lugar é o sentido de ordem, o sentido de organização. A organização da feira livre obedece a dois critérios: o primeiro, do Estado, na cobrança da taxa, acesso ao depósito das barracas e fiscalização do uso do solo do município e o segundo, pelos feirantes, em que a disposição das barracas neste espaço é marcada também pela pessoalidade: as questões de afetividade foram respeitadas e permanecem. Os pontos são fixos e caso um compadre e/ou parente que já seja feirante solicite usar a barraca, enquanto o outro não pode utilizar, há uma comunicação prévia (PEREIRA; ALENCAR, 2016).

Observamos que as queixas sobre a organização do espaço são as ações de responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Felipe, visto que entre as reclamações estão: manutenção do calçamento paralelepípedo, retirada da caixa de coleta de lixo (Foto 3), modelo das barracas, falta de local adequado para descarte de resíduos, falta de descarte correto dos resíduos de animais abatidos para a comercialização, falta de policiamento no local.

**Foto 3-** Caixa coletora na feira livre



Fonte: A Autora, 2020.

Sobre o processo organizativo entre os feirantes, os relatos revelam que não há discussões sobre direitos e deveres entre si e consideram que quase não há atritos. As situações de violências, noticiadas em jornais locais e regionais, que já ocorreram no espaço da feira são por motivos externos. Sobre esta questão a entrevistada Z5- freqüentadora, freguesa da feira livre, mulher, 64 anos, aposentada afirma que

Aqui é um espaço muito visado para o bem e para o mal. Todo mundo sabe que a probabilidade de encontrar um morador por aqui é grande e onde tem cachaça, tem discussão e briga. O povo enche a cara e depois vai brigar, discutir, xingar, provocar (....) Agora tá até melhor porque muitos são evangélicos, falo as brigas. Aí tem a questão da droga no município e muitos meninos perdidos (Z5, 2018)

**Foto 4-** Disposição das barracas, São Felipe



Fonte: A Autora, 2020.

A disposição das barracas (Foto 4) mostra as condições relatadas acima. Os feirantes também ressaltam que nos dias de verão, a lona utilizada na cobertura contribui com a sensação de mormaço. Nos dias de inverno, a cobertura ineficiente acarreta em prejuízos e alguns preferem não ir à feira.

Uma freguesa de 36 anos, casada e freqüenta a feira desde criança, afirmou que

É difícil a situação das barracas para o freguês<sup>24</sup>. Mas, para a gente que compra também. A feira não é barata, eu acho. É desconfortável nesse sol, nesse calor, não tem uma lixeira e esse sangue de animal perto..... (Z1, 2020)

A narrativa da freguesa aponta que este desequilíbrio no local pode acarretar em desestímulo para as compras. Entendemos que neste território- lugar, observado por vários níveis escalares, apresenta singularidades, homogeneidades, heterogeneidades.

Os níveis escalares do território-lugar admitem as geometrias de poder da globalização (MASSEY, 2007) presentes na relação tempo-espço em que Castro (2000) assinala que os termos níveis e escalares pode ter diferentes significados. A

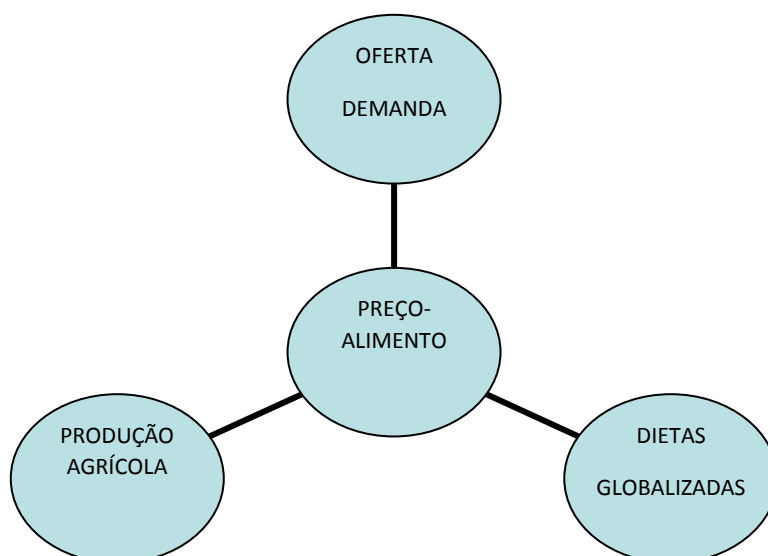
<sup>24</sup> Refere-se ao feirante que toda semana compra.

partir de postulados geográficos, o termo nível constitui um sentido de hierarquia, podendo ser variável e independente e escala é uma medida, uma lupa que visualiza o fenômeno, representa a proporção da realidade e fenômeno.

Na feira livre de estudo, os fluxos globais dos capitais industrial, comercial e financeiro, juntamente com os fluxos locais e as singularidades interferem diretamente sobre a vida dos sujeitos são-felipenses, frequentadores deste espaço. A depender de qual nível escalar estejamos analisando os efeitos possuem diferentes significados e significantes.

Sendo assim, o preço dos alimentos são os elementos mais sensíveis para avaliarmos em níveis escalares. O par preço-alimento está imbricado principalmente em três questões: oferta-demanda, produção agrícola e dietas globalizadas. O nosso entendimento é que estas questões são conexas e desenham a complexidade que o território-lugar, em níveis escalares, está mergulhado (Figura 5).

**Figura 5**-Diagrama Preço- Alimento



Fonte: Elaboração da Autora, 2020.

A oferta e a demanda são leis fundamentais da economia capitalista e na feira livre, o impacto ocorre em dois níveis: alguns produtos da agricultura familiar do município podem ser mais requisitados pelo mercado (com forte atuação do

atravessador) e ocasionam pouca disponibilidade deste alimento na feira e conseqüentemente, preços mais elevados. Como em toda feira, a famosa pechincha ocorre e conforme relata alguns feirantes quando decidem o preço de uma mercadoria, o cálculo do desconto que pode ser realizado, já é feito.

Jesus (2017) afirma que a produção agrícola do município é permeada por práticas tradicionais, entre elas, a troca de sementes entre comunidades rurais. O cultivo e preservação de sementes crioulas, bem como estas trocas apontam a resistência destes agricultores a uma propagação global de sementes híbridas e transgênicas que conforme já mencionado por Esteve (2017, p. 9-10), as sementes transgênicas e os agrotóxicos são produzidas pelas empresas Syngenta, Baer, Basf, Dow Chemical, MonSanto e DuPont que controlam este mercado extremamente monopolizado.

Este fator também é um motivo para a compra por frequentadores da feira, como mencionado na narrativa de Z4- mulher, 38 anos, professora e agricultora familiar, moradora da zona rural do município. Ela narra que

Motivos para freqüentar a feira? Ah, tem muitos.... Mas, o principal é a saúde da minha família. Compro somente em barracas que sei como é a produção. Quero comer produtos frescos e de qualidade, sem veneno e nada de transgênicos. Mas, sei que está difícil para o produtor manter as raízes, então comprando com os amigos que não deixam "se curvar", a gente valoriza o que é bom e necessário. (Z4, 2018)

Condicionada à procura por alimentos saudáveis, a dieta globalizada, também influencia na produção agrícola e oferta/demanda na feira. As reportagens e informações divulgadas sobre alimentos *fitness* e recomendados para alguns problemas de saúde criam a procura por determinados alimentos de forma desenfreada, o que demonstra que a dieta globalizada é resultado de uma cadeia produção-distribuição-divulgação-consumo.

Percebemos que os níveis escalares interpretados por geometrias de poder e considerando os valores, ética, crenças e espiritualidades deste território, evidencia que é nas pequenas escalas, na hibridização e a partir da lógica dos sujeitos que se dá o caráter mais complexo do que Zaoual (2003) compreende como sítio<sup>25</sup>. Na

---

<sup>25</sup> Sítio simbólico é lugar em sentido geográfico (bairro, cidade, microrregião, região, país etc.) e também em sentido simbólico (adesão a uma cultura, a uma ideologia a uma religião) com significados específicos definidos pelos sujeitos que em função de uma identidade, de um lado, aceitam ou recusam o que lhes é proposto ou imposto de fora e por outro, procuram soluções originais para seus problemas. Zaoual (2003)

nossa análise, território-lugar compreende esta complexidade da lógica de sujeitos com as influências externas.

Os níveis escalares estão interligados com outro aspecto do território-lugar que são as complexidades e heterogeneidades, imbricados ou superpostos<sup>26</sup>. A partir das relações sociedade-natureza há perda de limites e fronteiras internamente e entre os territórios, ou seja, olhando a feira livre chega-se em outros territórios e de certo modo, sem fronteiras.

No caso do nosso estudo, a feira livre alcança outros territórios, através de sua pluralidade: a unidade camponesa, outras feiras livres, varejões em outros municípios. No processo investigativo, identificamos que para além das dinâmicas territoriais, ela alcança dinâmicas regionais, visto que no espaço da feira também há presença dos atravessadores que vendem diretamente para os feirantes como também é o lugar de encontro para a entrega de encomendas.

Outro aspecto do território-lugar são as territorialidades e multiterritorialidades que apresentam uma ordem de subjetividade individual e coletiva tecidas a partir da construção sociohistórica dos sujeitos que produzem o espaço e verificado nas relações de poder, nas redes e nas identidades culturais. Expressa conflitos, contradições e lutas de classes, disputas territoriais de temporalidades e territorialidades em tensão (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Para Haesbaert (2004 apud SACK, 1986, p. 6), a territorialidade está "intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar". No sentido epistemológico é característica primordial para a existência do território e no sentido ontológico abarca a materialidade do controle físico do acesso, a imaterialidade do controle simbólico, e por fim, o espaço de vida que configura a materialidade e a imaterialidade.

São várias as concepções sobre territorialidade, neste estudo a territorialidade é enxergada como uma dimensão do território e onde o caráter simbólico está ligado à identidade e cultura. A compreensão de cultura adotada para a compreensão das territorialidades do território-lugar é firmada pela condição da memória social de uma

---

<sup>26</sup> Almeida (2005), a partir da análise de "territórios empilhados" de Lacoste (1993) que explica a relação hierárquica existente entre níveis escalares, salienta que o território é "O território- território próximo- se pluraliza segundo escalas e níveis historicamente constituídos e sedimentados, englobando escalas como o local, o município, o estado, a região e o país. Estas diferentes escalas não constituem um *continuum*, mas níveis imbricados ou superpostos

cultura vivida e vivificada que necessita de um referencial territorial como suporte (HAESBAERT, 1997).

A cultura é estudada, a partir do século XVIII, por várias áreas do conhecimento como Geografia, Antropologia, Sociologia, História, Comunicação, Turismo, Administração, entre outras. Williams (2007, p.20-27) esclarece que o termo é polissêmico e possui raiz semântica nominal *colore*, no latim *cultura* podendo assumir diversos significados: habitar, cultivar, proteger, honrar com veneração.

Sobre cultura podemos afirmar que é “um processo original e igualmente constitutivo, tão fundamental quanto a base econômica ou material para a configuração de sujeitos sociais e acontecimentos históricos e não uma mera reflexão sobre a realidade depois do acontecimento” (HALL, 2003, p. 26). Admite construções enquanto substantivo e adjetivo que perpassam “os modos de vida que caracterizam uma coletividade; obras e práticas da arte, da atividade intelectual e do entretenimento e fator de desenvolvimento humano” (CANEDO, 2009, n.p).

Cosgrove (1998, p. 101) alerta que “a cultura não é algo que funciona através dos seres humanos; pelo contrário, têm que ser constantemente reproduzida por eles em suas ações, muitas das quais são ações não reflexionadas, rotineiras da vida cotidiana (...)”. Para este autor, as transformações na cultura são proporcionadas por mudanças, em sua prática, no ato da reprodução cultural e cujos eventos culturais são menos óbvios porque o “significado cultural é introduzido no objeto e também pode ligá-lo a outros objetos aparentemente não relacionados a ele na natureza” (COSGROVE, 1998, p.103).

Dito de outra maneira, o nosso tempo histórico – rico e diverso- e, sobretudo marcado por temporalidades e formações sociais distintas, além das relações de interdependência evidencia que a cultura está ligada aos processos mentais de como ver e perceber, inseridos nas estruturas materiais. Por esse ângulo, cultura e identidades são caminhos de formulação e construção em complexidade que compõe diversas narrativas. (CANCLINI, 1983)

Cabe ressaltar que no caso brasileiro, temos tensões e conflitos a partir de compreensões construídas de oposições entre campo-cidade, tradicional-moderno, incivilizado e civilizado, não tecnificado e tecnificado para as valorizações culturais (MOREIRA, 2000). A partir de visões e imagens dos mundos rural e urbano e

tensões entre global e local, hegemônicas e contra-hegemônicas, as expressões culturais são construídas e reconstruídas, significadas e ressignificadas nas diversas racionalidades, inclusive na científica.

Com base na análise dissertada no capítulo 2, em especial o subcapítulo 2.1 sobre a feira como objeto de estudo para o planejamento urbano e regional e demografia (PUR-DEMO), na racionalidade científica da área examinada só adquire maior interesse, a partir dos anos 2000, visto que os 0,13% das dissertações e tese com a temática são mais recentes.

Claval (1999) denomina como cultural características como comportamentos, saberes, técnicas, conhecimentos e são valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outra escala pelo conjunto dos grupos inseridos, o que permite inferir são as expressões culturais são os pilares para a construção de uma sociedade, pois a ação do homem transforma o espaço e “a Identidade aparece como uma construção cultural”, fruto destas modificações.

A feira livre de São Felipe como apontado por Ramos, Pereira e Alencar (2016) pode ser observada pela cultura, a partir da identidade local. Segundo as autoras,

Não há como dissociar cultura de identidade local, assim como falar de feira de forma plena sem falar das relações culturais presentes que (re)significam o espaço. A esse processo de modificação da relação com o espaço, cabe salientar que as feiras podem ser consideradas patrimônios culturais do Brasil (RAMOS; PEREIRA; ALENCAR, 2016, p. 95).

Na Constituição Federal do Brasil vigente, o patrimônio cultural brasileiro é formado:

Dos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2015, p. 62- 63).

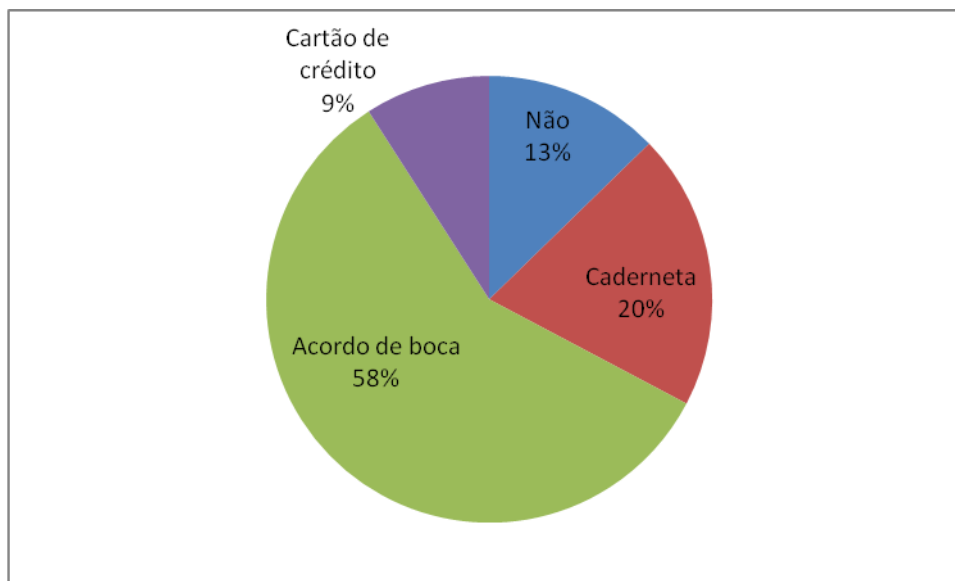
Este patrimônio cultural que é também histórico objetiva estimular as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver do local, instigar e avançar nas criações científicas, artísticas e tecnológicas, realizar obras, adquirir objetos, documentos, construir edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, bem como proteger e conservar os conjuntos urbanos e sítios de

valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2015). A referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, incluindo os de caráter imaterial, como a língua, os ritos e crenças, lugares e monumentos históricos, cultura entre outras riquezas imateriais são citados no Art. 216, no mesmo documento.

No Plano Diretor Municipal em suas diretrizes setoriais para o desenvolvimento sociocultural é destacado o estímulo e o apoio às produções culturais, promovidas por agentes locais ou que retratem a região. Ramos, Pereira e Alencar (2016) constataram a omissão deste instrumento de gestão quanto à cultura rural identitária do município e que a feira livre expressa. Ressaltamos que este território-lugar traz dinâmicas de diferentes temporalidades, apresenta transformações e resistências que revestem suas significações de relações homem-natureza em que dialogam o rural e o urbano constitutivos do município, em que

A tradição se coloca na relação tempo-espço como forma de continuidade entre passado, presente e futuro através de práticas sociais cotidianas, de modo que o camponês com o passar do tempo aperfeiçoou suas técnicas de trabalho, seus modos de negociar e sua inserção no mercado, porém continua sendo caracterizado como camponês pela sua tradicional forma de se relacionar com a família e com a sociedade (CAVALHEIRO; PERONDI; CORONA, 2015).

A tradição na relação tempo-espço na feira também revela suas contradições, apesar dos feirantes aperfeiçoarem suas técnicas de trabalho como: transporte de mercadorias, estratégias de comercialização resistem ao uso de máquinas de cartão, mesmo tendo convicção que este é um motivo de alguns clientes não comprarem na feira. A venda à crédito é baseada na caderneta ou “acordo de boca” (gráfico 5).

**Gráfico 5-** Venda à crédito, 2020

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

O percentual de vendas no cartão de crédito é expressivo nas barracas de roupa e de cosméticos, somente um feirante que comercializa alimentos declarou possuir a máquina de cartão. As narrativas da consumidora Z8- mulher, 40 anos, autônoma- e do feirante F6-homem, 57 anos, feirante há 40 anos- evidenciam a problemática.

Não sei porquê não vendem na maquininha. A gente fala com eles e eles dizem depois, depois. Já fui na feira de Cruz<sup>27</sup> e quase todo mundo tem maquininha e facilita para eles e para gente. Quando não tenho dinheiro, eu compro fiado na mão deles, porque todo mundo sabe quem eu sou e que pago certo, mas tem vezes que compro no supermercado com meu cartão porque para mim é vencer a vergonha e pedir. Tem vezes que peço, tem dias que eu prefiro comprar no supermercado, só por esta questão. (Z8, 2019)

Não tenho máquina, dona e aqui da gente, ninguém tem. Pra quê maquininha? Se bem que é bom quando a gente tá sem dinheiro, um cartão. Mas, vou contar a senhora que ninguém aqui ofereceu isso pra nós e eu, Nossa Senhora, valei-me! , teria que aprender a usar. Meu filho fala para colocar, mas tenho medo de colocar. Aí vou tomando algumas porretadas com fiado, porque esqueço de cobrar e tem aqueles que esquece também.(F6, 2019)

Em conversas informais, também verificamos sobre a questão do não uso da máquina de cartão na hipótese de ser alguma estratégia de resistência ao Capital, visto que Bernardino (2015) baseado nas caracterizações dos lugares de resistência

<sup>27</sup> Refere-se ao município de Cruz das Almas, distante 38 km do município de São Felipe.

e dos espaços de capital de Santos (1979), Soja (1993), Harvey (2005) esclarece que na análise de dimensão do crédito, a máquina de cartão é espaço do Capital bancário institucional.

A forma de comercializar que inclui a pechincha, a caderneta e o “acordo de boca”<sup>28</sup> é marcado pela pessoalidade e implícito no processo organizativo informal, uma vez que o movimento da feira de maior fluxo das 07 às 08h tem-se o pagamento a dinheiro e pouca venda à crédito. Das 09 às 10h tem-se o período de intensa pechincha, pois os frequentadores sabem que os feirantes já venderam as encomendas e ao público fiel à barraca. 11h há um aumento da venda a crédito e os feirantes que moram na zona rural começam a organizar a ida para casa informam ao serviço de frete horário de retorno para casa, verificam a lista semanal de compras para casa, compram alguns produtos agropecuários, almoçam e acertam alguns pagamentos ou serviços para a residência.

Na feira de São Felipe, a cultural rural é evidenciada na memória dos seus frequentadores, quer seja na busca de alimentos e produtos típicos que vincula a identidade do “ser da roça”, quer seja pela pessoalidade das relações de amizade, compadrio e confiança no processo organizativo informal ou na comercialização onde o “ter palavra” na venda à crédito da caderneta e dos “acordos de boca”. A sociabilidade rural (HEREDIA, 1979; WOORTMANN, 1995) é notório nas brincadeiras, piadas, acontecimentos (os causos acontecidos), cantorias e ajuda mútua, bem como respeito aos dias santos, ao falecimento de familiares e amigos. (PEREIRA; ALENCAR, 2016)

Na maioria das barracas, o feirante está acompanhado principalmente de um familiar. Esta singularidade reflete o modo de vida rural camponês, uma vez que “nas culturas camponesas não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (WOORTMANN, 1990, p.23). Assim também, como verificamos empréstimo das barracas para venda de alimentos e produtos para parentes e amigos sem nenhum tipo de vantagem econômica, nem qualquer tipo de desentendimento, o que evidencia o compadrio (HEREDIA, 1979). Além dessas relações, as de ajuda mútua

---

<sup>28</sup> O que os feirantes denominam “acordo de boca” é o acordo comercial que a confiança, lida por eles como “ter palavra” é fundamental. Não há comprovação documental da venda.

que superam as relações de concorrência na sociedade capitalista, se inserem no modo de vida como componente do processo material de produção material

É com o sentimento de pertencimento que a Feira de São Felipe se ergue todas as semanas, organizando e compartilhando uma cultura tecida por visões de mundo, regras de convivência, culinária, entre outras vantagens sociais com uma maneira singular de viver em seu município rural dando sentidos, saberes, significados e valores. Com este sentimento, os sujeitos podem reconhecer-se unidos por uma crença subjetiva de origem comum, numa coletividade cujos símbolos compartilhados expressam valores, medos e aspirações, que acabam por expressar características sociais, culturais ou raciais. (PIEPER; BEHLING e DOMINGUES, 2014, p. 2).

Neste sentido, podemos afirmar que neste território-lugar, a cultura presente na feira e nos sujeitos que a frequentam tem complexos processos de co-determinações múltiplos, abertos e dinâmicos que apreendem os sentidos de vida, existência e biodiversidade e expressam neste espaço identidades – dissertaremos no capítulo 5. É a morada do lugar que habita e permanece que transcende o individual e torna-se coletivo.

#### 4.2 PERFIL DE BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

O *Miniaurélio: Dicionário da Língua Portuguesa* define desenvolvimento como ato, processo de crescer, prosperar; uma variedade de sentidos que revelam múltiplas dimensionalidades, possibilidades de interpretações. Segundo Márcia Almeida (2005),

A história sobre o surgimento do termo desenvolvimento começa a partir da definição em linguagem coloquial, que descreve um processo pelo qual são liberadas as potencialidades de um objeto ou de um organismo<sup>29</sup>, para que esse alcance suas formas natural, completa e amadurecida sendo usado de forma metafórica para explicar o crescimento natural de plantas e animais. Segundo Esteva (2000) “através dessa metáfora, foi possível demonstrar a finalidade do desenvolvimento e, muito mais tarde, seu programa. (ALMEIDA, 2005, p.55)

---

<sup>29</sup> A autora refere-se aos estudos de Charles Darwin sobre evolução genética dos seres vivos, em que desenvolver-se eram etapas de progresso do ser em direção à maturidade biológica.

Para Porto-Gonçalves (2006), desenvolvimento sintetiza a ideia de dominação da natureza dentro de um padrão civilizatório e pela via liberal e capitalista está associado à urbanização e industrialização, afastamento da natureza. Na mesma perspectiva teórica, Limonad (2013) alerta que é um discurso de poder que para o planejamento econômico, urbano e regional constitui em apêndice que é apreendido por diferentes grupos, independente de orientações políticas e com finalidades diversas. Há uma impossibilidade de uma teoria geral do desenvolvimento (BRANDÃO, 2004a).

Desenvolvimento, como definido por Márcia Almeida (2005), de um lado, e Porto-Gonçalves (2006), Limonad (2013) e Brandão (2004a), de outro, carrega em seu sentido, respectivamente, a naturalização e a historização social humana. Liberar as potencialidades do organismo, mesmo que social, não corresponde ao que se constitui desenvolvimento como hegemônica e predominantemente consolidado para os países capitalistas aliados no pós-guerra, conforme declarado pelo governo dos Estados Unidos da América, na fala do seu então presidente, Harry S. Truman, no dia 12 de março de 1947, proferiu no Congresso Nacional visando a reconstrução dos países sob ideário anti-socialista que instaura a guerra fria.

A partir daí ao longo da história, temos diferentes modelos de política de desenvolvimento- regional, territorial, econômico, social, rural, urbano, humano, sustentável, socioambiental. As adjetivações abarcam uma dimensão com intencionalidade, ao passo que demonstra a fragilidade no campo da práxis do planejamento, visto que os adjetivos não condizem com as possibilidades de comportamentos (LIMONAD, 2013). O planejamento realizado em gabinetes nem sempre condiz com a relação espaço-temporal dos sujeitos que habitam o espaço planejado.

Márcia Almeida (2005) ressalta que o conceito desenvolvimento por muito tempo ficou associado somente a crescimento econômico e posteriormente houve necessidade de novas abordagens que integrasse com aspectos sociais, a partir da práxis do planejamento estatal, em especial após a Segunda Guerra Mundial com as teorias do desenvolvimento. Em 1950, o meio ambiente já era considerado um limite e sua discussão era externa à economia, onde o desenvolvimento era inspirado nos países ricos do chamado “Primeiro Mundo”.

As principais críticas ao desenvolvimento hegemônico foram realizadas após a década de 1950 por marxistas que apontavam o caráter desigual gerada pelo desenvolvimento do capitalismo. Na década de 1960, com o Relatório Meadows<sup>30</sup>, o ambientalismo ganha força social e seu discurso torna o próprio campo ambiental mais complexo que assume uma lógica técnico-científica em detrimento da questão ambiental, no sentido cultural e político. Uma série de estudos são produzidos por diferentes grupos de cientistas sinalizando os riscos ambientais do desenvolver-se associado à produção desenfreada (Porto-Gonçalves, 2006).

Em 1972, a institucionalização da problemática ambiental é marcada pela realização da Conferência das Nações sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo que demonstraram as racionalidades em conflito: econômica e ambiental. A Declaração das Nações Unidas sobre o meio ambiente, fruto da conferência, tensionou as discussões entre macroeconomia e recursos naturais que posteriormente, na década de 1980, juntamente com as discussões protagonizadas pelos seringueiros da Amazônia, as populações indígenas, camponeses e afrodescendentes do mundo, colocaram em pauta a discussão destes sujeitos na luta em defesa dos recursos naturais.

O professor Carlos Porto-Gonçalves analisa que

A busca incessante de aumento de produtividade, da conquista de mercado e da mais-valia se faz com uma constante substituição do trabalho vivo por máquina (trabalho morto) que, na verdade, significa retirar o envolvimento do componente subjetivo, o trabalhador, do domínio sobre a matéria e do processo de trabalho. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 82)

É também neste período que aparece os conceitos de biodiversidade e diversidade biológica. Franco (2013) afirma que o conceito de diversidade biológica aparece em 1968, no livro *A Different Kind of Country*, de Raymond F. Dasmann e o conceito de biodiversidade foi idealizado por Walter Rosen no Fórum Nacional sobre BioDiversidade que ocorreu em 21 a 24 de setembro 1986; ambos os conceitos foram usados nos meios científicos e entre os ativistas da conservação.

Em 1987, o Relatório de Brundtland – Relatório Nosso Futuro Comum-efetivamente elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMED) da Organização das Nações Unidas (ONU) assume o

---

<sup>30</sup> O Relatório Meadows apresentou os limites do crescimento e assinalou o tempo necessário para o esgotamento dos recursos naturais.

desenvolvimento sustentável como bandeira política, cujo objetivo era um modelo de desenvolvimento capaz de garantir as necessidades das gerações futuras. Neste sentido, o adjetivo sustentável admite perspectivas de equilíbrio e conservação, o que conforme Vargas, Aranda e Radomky (2016, p. 102) “Ao tentar transferir tais qualidades ao desenvolvimento, cria-se a falsa expectativa de uma sociedade sustentável, em harmonia com a natureza, com exclusão da dimensão conflituosa ou das tensões sociais”.

Em 1992, na Conferência Rio-92 segmentos sociais que até mesmo divergiam em ideais uniram-se em prol de uma ação política do socioambientalismo<sup>31</sup> que foi discutido no Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais Preparatório para o Rio-92 (RIBEIRO, 2010). Neste período, a noção de desenvolvimento sustentável começa a ser utilizado com o discurso de “uma possibilidade de revisar e ajustar desgastadas concepções de desenvolvimento” (VARGAS; ARANDA; RADOMSKY, 2016, p. 99).

Dentre as teorias socioambientais, a questão do desenvolvimento mais enfatizada é o desenvolvimento sustentável e envolve aspectos econômicos, considerações ambientalistas e justiça social. (MOREIRA, 2000). O desenvolvimento sustentável é um conceito sistêmico que pressupõe a adoção de um padrão de consumo e de aproveitamento das matérias-primas extraídas da natureza de modo a não afetar o futuro da humanidade, aliando desenvolvimento econômico com responsabilidade ambiental.

Para Limonad (2013), faz-se necessário uma leitura crítica da incorporação da sustentabilidade no planejamento, pois os discursos de sustentabilidade apresentam valores e representações gerais, sem uma construção explicativa. Tal raciocínio é evidenciado em Veiga (2007) que demonstra que o pensar no desenvolvimento sustentável, ainda está associado quadros da tradição analítica; propõe uma nova discussão através do pensamento dialético, em que a discussão da junção social e ambiental propõe um novo olhar da relação entre natureza e cultura.

José Eli da Veiga (2007) compreende que nos estudos atuais, não é possível estabelecer separação entre ciências da vida, teoria da evolução, teoria da

---

<sup>31</sup> “O socioambientalismo surgiu da reunião de movimentos sociais e do movimento ambientalista, na segunda metade da década de 1980.” (RIBEIRO, 2010, p.11)

complexidade e sistemas dinâmicos. Assim como, a associação entre social e ambiental é uma nova compreensão entre natureza e cultura.

O social e o ambiental também sofreram alterações em seu significado científico e na própria maneira como se expressam na prática governos, empresas, consumidores e os próprios movimentos sociais. Os dois termos se modificam quando se juntam, ultrapassando uma mera operação intelectual e caracterizando um verdadeiro movimento político. (VEIGA, 2007, p.15)

Como já mencionado, no período entre 1945 e 1975, a aliança entre capital e trabalho sustentou o padrão desenvolvimentista industrializante. As teorias do desenvolvimento eram modernizantes, simplistas e baseadas em diagnósticos em que a ideologia do progresso na época estimulava os países chamados de subdesenvolvidos passassem de um estágio tradicional para um estágio moderno, tido como urbano-industrial. Dentro dessa concepção, os bancos internacionais financiaram ações, políticas e programas (NIERDELE; RADOMSKY, 2016).

No caso latino americano, Cassol e Nierdele (2016) afirmam que,

As diferenças e divergências em relação à vertente dominante que permeou o debate político-institucional do desenvolvimento têm como ponto inicial a recusa do que Hirschman (1996) chama de *monoeconomics*, isto é, a pretensão universalista da existência de um único modelo explicativo capaz de abarcar a diversidade das situações históricas (vide infra, cap. 4). Como afirma Celso Furtado (1992, p. 5), era necessária uma nova formulação capaz de “descer ao estudo de situações concretas” e reconhecer que “os processos de desenvolvimento não se davam fora da história”, no caso, o contexto peculiar do desenvolvimento periférico latino-americano (CASSOL; NIERDELE, 2016, p. 28)

A partir de matrizes teóricas diversas e distintas: marxismo, keynesianismo, estruturalismo histórico e de observações sobre as formas de inserção no sistema capitalista global, Celso Furtado e outros pesquisadores vinculados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) construíram análises acerca dos paradigmas do desenvolvimento e ação estatal; concepções que não se distanciavam dos teóricos da modernização. No caso Brasil, a intervenção estatal optou a favor da industrialização com o apoio à produção nacional.

Essa produção esteve subalternizada aos modos de globalização hegemônica e “diferencia e hierarquiza, assim nações, regiões, grupos sociais e indivíduos, bem como artefatos, instituições e valores culturais” (MOREIRA, 2012, p. 82). Há tensões entre as globalizações de cima- para-baixo e as de baixo-para-cima, onde cada problema têm a sua escala espacial específica e que “a historiografia brasileira muito

tem avançado na análise da complexidade de nossa experiência de construir a unidade de diversidade nacional” (Brandão, 2004b,p. XX).

Passados quase trinta anos da Rio-92,a discussão sobre equilíbrio entre a dimensão econômica e dimensão ecológica persiste. Em palestra proferida por Clóvis Cavalcanti no VII Seminário Internacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental: “Terra em Transe” ocorrido no dia 26 de agosto de 2015 em Universidade Católica do Salvador, o pesquisador salienta a necessidade de estudos acadêmicos que conciliem valores ecológicos e valores econômicos, pois é urgente o encontro de respostas que validem o desenvolvimento; desenvolver é obrigatoriamente garantir as oportunidades, direitos sociais básicos e racionalidade ambiental.

Na ocasião, o economista ecológico apresentou o exemplo do país Butão que adotou um índice econômico da Felicidade Interna Bruta (FIB) no seu projeto de sociedade. Trata-se de um novo paradigma de desenvolvimento em que as decisões estatais estão condicionadas as decisões da sociedade civil sobre o que podem trazer felicidade. Neste sentido, a felicidade é lida como bem estar aliada a participação nas decisões de planejamento.

Longe desta práxis, no Brasil, o padrão hegemônico de desenvolvimento promoveu um ritmo acelerado de urbanização, sobretudo nas regiões metropolitanas, aliado às promessas de progresso na cidade, em contraponto ao campo promoveu tensões, discriminações sociais (ALENCAR, 2008). No caso do município de São Felipe e demais municípios do Recôncavo, a proximidade com a metrópole, além das tensões citadas, ocasionou apropriação da natureza em sua biodiversidade.

O fundamento teórico que utilizamos para olhar o território- lugar da feira livre condiz adotar o desenvolvimento socioambiental para análise do município e das relações dos sujeitos que habitam este espaço, compreendendo como um desenvolvimento em movimento e partilha entre sociedade e meio ambiente que caracteriza as dinâmicas territoriais da feira livre com o município e deste com ela.

Ramos (2018) ao analisar o potencial de efetividade do Plano Diretor para o desenvolvimento socioambiental no planejamento Municipal de São Felipe, frente a sua dinâmica rural e urbana, considerando que a questão agrária é uma questão ambiental e requer articulação entre os entes federativos, conclui que

Mesmo deixando-se claro que o Município tem plena competência para tratar sobre assuntos locais em todo o seu território, devendo-se ser superada o conflito de competência da União para tratar sobre assuntos agrários, o Município de São Felipe deixou o território desamparado frente a efetivação de ações essenciais para além do desenvolvimento municipal, a saúde e o bem-estar de sua população, isso é visto da não elaboração do plano de saneamento, não distribuição de água e coleta adequadas de resíduos, sendo despejados sem qualquer análise no Rio Copioba (RAMOS, 2018, p.151).

As autoras além de apontar problemas ambientais presentes no município, conclui que

Além disso, percebe-se o esvaziamento de propostas no instrumento regulatório, já que não basta propor sem executar, ou seja, não adianta dizer que potencializará a produção e dinâmica local, se os modos de vida e trabalho locais não são observados, que é o caso de São Felipe, ao se caracterizar como pequeno Município rural, não se considera a sua zona rural para o desenvolvimento socioambiental municipal. (RAMOS, 2018, p. 152)

Ao falarmos de desenvolvimento socioambiental, falamos também de biodiversidade. Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural sustentável, São Felipe é um município que apresenta predomínio do uso do solo por pastagens; possui 27, 3% de cobertura vegetal remanescente e principais cultivos: mandioca; coco, cacau e citros; banana; cacau; dendê.

Os produtos vendidos na feira são uma vitrine da variedade produzida e extraída na região: aipim, cará, amendoim, milho, azeite de dendê, banana, inhame, laranja, mandioca, manga, graviola, jiló, maxixe, feijão verde, batata doce, hortaliças, verduras, frutas (foto 5), peixes (foto 6). Uva, ameixa, kiwi, maçã são fornecidas pelas Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASA) de Cruz das Almas e Feira de Santana, através dos atravessadores que vendem direto na feira estes alimentos.

O território-lugar da feira livre é um espaço que garante a exposição de perfil de biodiversidade do município que possui escala planetária, visto que a produção de alimentos nos moldes da agricultura familiar, 72% dos alimentos presentes na feira, garante menos impactos negativos no ambiente. Convergimos com Esteve (2017) que a produção da agricultura familiar fortalece a soberania alimentar dos povos e é necessário fortalecer os circuitos curtos de comercialização para uma alimentação agroecológica, local, sazonal e menos quilométrica (menos utilização de combustíveis fósseis).

Foto 5- Alimentos da agricultura familiar local, São Felipe, 2020



Fonte: A autora, 2020.

Foto 6- Peixe Xangó, São Felipe, 2020



Fonte: A autora, 2020.

Os dados da pesquisa de campo revelam que os feirantes são da região e a proximidade é um fator que consideram positivo na feira livre de São Felipe. O tempo de deslocamento da comunidade, independente por qual meio de transporte, não ultrapassa duas horas.

Será inserido um mapa com as principais rotas dos feirantes para a feira livre (municípios- feira)

## 5. A VIDA: IDENTIDADE, PERTENCIMENTO

A palavra vida admite diferentes significados entre eles:

1. Conjunto de propriedades e qualidades graças às quais animais e plantas se mantêm em contínua atividade; existência. 2. A vida humana. 3. O espaço de tempo que vai do nascimento à morte; existência. 4. Um dado período da vida 5. Biografia 6. Modo de viver 7. Força, vitalidade Sentido filosófico do termo vida. (FERREIRA, 2009, p. 816)

Neste estudo, vida é a categoria que nos possibilita identificar as identidades, as subjetividades dos modos de vida e a memória social destes sujeitos. Tendo em vista que ela possui propriedades que expressam os modos de vida de sentido que sentem, percebem, respiram, aspiram, sofrem, interagem (social e social-naturalmente), reconhecem, lutam, resistem, degradam, preservam na morada da feira; é um existir a partir das relações sociais e relações sociedade-natureza, conexões e redes, relações e significados plurais; indica a força e vitalidade, a partir da produção econômica, apropriação, exploração, subordinação, identidade e patrimônio cultural expresso na memória social dos são-felipenses.

Convergimos com Moreira (2012,) que,

a noção geral marxiana de que o homem<sup>32</sup>, ao produzir condições de sua existência, produz a si mesmo, permite-nos afirmar que as comunidades locais vivenciam relações ecossistêmicas específicas de produção, produzindo-se a si mesmas com as suas culturas e identidades. A compreensão da ambiência sociocultural dessas comunidades locais nos remete às aberturas sociossistêmicas (econômicas, políticas e lingüísticas) que compartilham com todo o social. (MOREIRA, 2012, p. 91)

Essas relações específicas são teorizadas nos estudos de Zaoual (2003), a partir da teoria dos sítios locais, como encontros, eventualidades, simpatias, redes, que integram os caminhos do ato de pertencer. Para o autor, há uma racionalidade-flexíveis, complexas e abertas- construída pelos sujeitos que habitam o espaço, que se constrói socialmente *in situ* (no sítio) e não atendem ao modelo científico da racionalidade padrão da economia ortodoxa capitalista.

Neste capítulo apresentamos as relações identitárias dos sujeitos sociais com a feira livre, através do tecer da vida e debatemos sobre os frequentadores da feira e suas contribuições para o fortalecimento da identidade cultural neste lugar.

---

<sup>32</sup> Lemos como ser humano: homens e mulheres.

## 5.1 IDENTIDADE E PERTENCIMENTO

O *Miniaurélio: Dicionário da Língua Portuguesa* define identidade como 1. Qualidade de idêntico. 2. Os caracteres próprios e exclusivos duma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo. Para entender sobre a questão de identidade é necessário entendermos as concepções sobre os sujeitos que surgiram ao longo da história, na qual a complexidade demonstrada fortalecerá o nosso argumento de identidades múltiplas, abertas e dinâmicas.

Araújo (2011) esclarece que a preocupação com o sujeito só aparece a partir da era moderna, pois a análise do indivíduo é atrelada às instituições, o sujeito era apenas uma peça da estrutura. A primeira concepção foi com o iluminismo, o “Eu” era centrado, imutável e tido como centro do universo; a segunda concepção, aparece no mesmo período histórico e concebe o sujeito sociológico, em que a identidade do sujeito é repartida entre “mundo externo” e “mundo interno”; a terceira concepção é do sujeito contemporâneo, sem identidade fixa e que assume identidades ao redor do seu “Eu” e adaptável às circunstâncias.

Castells (1999) alerta que identidades organizam significados e que estão conectadas em rede, onde as comunidades locais-fontes de identidade- são construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva. O autor diferencia identidades e papéis, esclarecendo que papéis são “definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade” e identidades “constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação” (CASTELLS, 1999, p. 23).

Com esse referencial é possível interpretar para a Prefeitura Municipal de São Felipe (PMSF), o uso dos termos feirantes e ambulantes se equivalem porque consideram apenas os papéis que eles exercem, venda de produtos na rua. Em análise ao Plano Plurianual Participativo (PPA 2018-2021), verificamos que PMSF visualiza a feira como um espaço econômico importante e cujos feirantes exercem o papel de venda de produtos, principalmente agrícolas.

Mas como diferenciar identidades e papéis?

As identidades podem ser múltiplas e as pesquisas de Penna (1992) apontam como elementos centrais da concepção de identidade: a naturalidade (local de

nascimento); a vivência (experiência de vida); a cultura (práticas culturais); a auto-atribuição (reconhecimento). O tangível e o intangível estão entrelaçados na luta da afirmação da identidade e imbricados na alteridade, pois “(...) na construção da identidade não é possível pensar de forma dissociada sua natureza simbólica e subjetiva (representações) e seus referentes mais “objetivos” e “materiais” (a experiência social em sua materialidade)” (CRUZ, 2007, p.18).

A investigação das identidades requer admitir a fluidez no tempo e espaço que adquire a concepção política, uma posição relativa do que se é ou do que é necessário ser, ou seja, analisar o poder da identidade. Uma união de pontos, conexões que referenciam a identidade no espaço geográfico a partir de uma consciência socioespacial de pertencimento e afetividade a um território e múltiplas territorialidades que determinam as identidades territoriais. “As identidades territoriais são construídas cada vez mais num jogo de escalas entre múltiplos tempos e espaços.” (CRUZ, 2007, p.13)

Na feira livre de São Felipe, em seu ato de existir e erguer-se todas as manhãs de sexta-feira e principalmente do sábado, com processos organizativos – que já dissertamos no capítulo 4- possui complexas relações sociais, fluxos materiais e culturais que Moreira (2012) denomina como contraditórios e dialéticos de ruralidade e urbanidade que estão em constante movimento. Há sujeitos que freqüentam este espaço como uma opção e não há nenhum sentimento de pertencimento, na qual afirmamos que somente exercem seus papéis: consumidores, vendedores.

A categoria freqüentador é dotada de pertencimento e sendo assim, identidade, quer seja pela necessidade material de receber doações, catar alimentos no chão, contratar serviços, quer seja pela necessidade imaterial de rever amigos, compadres e conhecidos. Frequentar a feira é conexo em reconhecer esse território-lugar como lugar de vida, isto é, onde se vive o seu modo de viver e lugar de onde se vê e se vive o mundo, o que Wanderley (2004) caracteriza como cidadania e inserção na sociedade; no nosso caso, uma relação identitária rural-urbana que conecta com a sociedade local.

Uma frequentadora consumidora da feira livre de São Felipe quando questionada sobre a importância da feira livre para o município respondeu:

Essa pergunta é danada de complicada e não sei responder não, mas o que posso te dizer é sobre eu e não da Prefeitura, nem gostar dela, eu gosto..... Compro na feira porque tem coisa que só tem lá, onde vou achar meu coentrinho seco do bom, a batata abóbora que como desde pititica? Moça, você só acha as coisas boa da roça na feira e fazer bolo bom, só com os produtos de lá. (Entrevista L1, 2019)

Perguntamos o que era bolo bom e a resposta revelou que o “Bolo bom” era por conta das orientações fornecidas por feirantes agricultores sobre o dia da colheita da mandioca, assim a quantidade dos outros ingredientes variava e como explicou “o bolo fica perfeito!”, informou que o coco não compra na feira, prefere o industrializado que “não dá trabalho”.

Esse trecho da entrevista demonstra a motivação desta moradora da cidade de São Felipe- 54 anos, nasceu na zona rural de Maragogipe, funcionária em um estabelecimento na cidade de Santo Antônio de Jesus com regime laboral de 44 horas semanais` - para frequentar a feira: fortalecimento do hábito alimentar, relação de confiança e amizade com os feirantes agricultores que compra os produtos e demonstra também os movimentos contraditórios e dialéticos da ruralidade e urbanidade, visto que utilizando a receita típica da cultura rural, a frequentadora demonstra chegar a perfeição do “bolo bom” utilizando um produto industrializado.

Demonstra também que a feira é o ponto de encontro de modos de vida- rural e urbano- de identidades múltiplas, que na narrativa acima, foi demonstrado pela relação com a comida. Moreira (2012) reflexiona que “as complexas relações sociais contemporâneas apresentam, ao mesmo tempo, fluxos culturais e materiais contraditórios e dialéticos de ruralidades e de urbanidade que se produzem em movimento.” (MOREIRA, 2012, p.232)

Será inserida a discussão das formas e origens da construção de identidade, dos projetos e posição em determinada sociedade baseada em Manuel Castells (1999), bem como se apresenta para os feirantes, a identidade coletiva e identidade territorial, através das narrativas.

### 5.1. 2 Tipologias de identidade e relações identitárias

Os feirantes agricultores são os sujeitos que produzem os alimentos e vendem na feira. A feira constitui para estes sujeitos, “proposta de manutenção de um modo de vida em que a autonomia, mesmo que relativa, frente aos impérios alimentares seja mantida” (CORONA; VASQUES; GODOY, 2018, p. XX). Geralmente, estabelecem vínculos de confiança com os fregueses que associam no espaço da feira, o tipo de alimento ao feirante.

Os vendedores de folhas<sup>33</sup> ou erveiros são sujeitos que dividem com as pessoas a bagagem pessoal da memória de um conhecimento ancestral e de referências culturais da comunidade interpretativa a que pertence (OLIVEIRA; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2017); o receituário místico que ocorre na venda das folhas é marcado por uma confiança entre o consumidor e o etnoconhecimento do vendedor de folha. Esse etnoconhecimento é um distintivo de outros sujeitos que vendem na feira.

As quituteiras/os quituteiros são os sujeitos que vendem os quitutes. Composto por um universo majoritariamente feminino, as quituteiras comercializam produtos de tradição local: doces, beiju, goma, acarajé, caldo de cana, pastel, chimia, bolachinhas, bolos, biscoitos, refeições( diferenciar o que é citado na literatura e o que é encontrado) . Cascudo (2004) informa que estes sujeitos referenciam o saber tradicional, passado no âmbito familiar

Feirantes vendedores são os sujeitos que compram alimentos dos Centros de Abastecimento Alimentar- CEASA e/ou são atravessadores no espaço agrário ou empregados. A relação com a feira adota uma perspectiva mais econômica e reconhece este espaço somente como lócus de trabalho. Esta identidade está associada fortemente com a identidade de comerciante.

Fregueses são os consumidores. O termo fregueses remete a cliente de um estabelecimento comercial que segundo Almeida (2009) imprime uma organização territorial

No caso da feira, isso fica evidente: há o território dos fregueses que realizam regularmente suas compras, como suprimento para a semana vindoura, escolhendo os melhores e mais acessíveis gêneros; dos feirantes já estabelecidos em barracas e o daqueles

---

<sup>33</sup> O conhecimento de folhas é conjunto de plantas que tem uso religioso e/ou terapêutico. Geralmente associados aos conhecimentos africanos e indígenas

que chegam de improviso, inscrevendo uma nova tessitura territorial e, também um novo jeito de fazer a feira, com promoções e performances para atrair fregueses, minimizando o 'poder' de feirantes já estabelecidos em barracas. (ALMEIDA, 2009, p. 33)

Cada feira tem a sua singularidade e pode apresentar diversos elementos identitários. As identidades territoriais presentes neste espaço público contem técnicas, razão e emoção que expressam territorialidades que o cheiro, cores, sabores, sons erguem uma rede de sociabilidade e patrimônio cultural a partir das dinâmicas existentes.

## 5.2 OS FREQUENTADORES

Será inserida a discussão sobre os frequentadores, como categoria que é dotada de pertencimento e sendo assim, identidade, quer seja pela necessidade material de receber doações, catar alimentos no chão, contratar serviços, quer seja pela necessidade imaterial de rever amigos, compadres e conhecidos. Frequentar a feira é conexo em reconhecer esse território- lugar como lugar de vida, isto é, onde se vive o seu modo de viver e lugar de onde se vê e se vive o mundo , o que Wanderley (2004) caracteriza como cidadania e inserção na sociedade; no nosso caso, uma relação identitária rural-urbana que conecta com a sociedade local. Apresentaremos as narrativas dos frequentadores.

## REFERÊNCIAS

ABNT, 2018.

ALENCAR, Cristina Maria Macedo de. Coexistência rural-urbana: uma civilidade em região metropolitana. In: **II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, 28 setembro a 01 de outubro, 2004.

ALENCAR, C.M.M. O Território Lauro de Freitas: diversidades sob tensões entre o rural e o urbano. In: ALENCAR, C. M. M. de e SCHWEIZER, P. J.(org) **Transformações territoriais: de rural ao metropolitano**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

ALENCAR, C. M. M.; MOREIRA, R. Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo. In: MOREIRA, Roberto. (org.) **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ALENCAR, Cristina Maria Macedo. **Reconhecendo e Potencializando o Rural na Dinâmica Urbana e Regional do Município São Felipe, Bahia**. Projeto de Pesquisa. Salvador, BA, 2016.

ALMEIDA, Márcia Ajala. **Política de desenvolvimento e estruturação do espaço regional da área de Bodoquena em Mato Grosso do Sul**. 2005.392f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente, 2005.

ALMEIDA, Shirley Patricia N. C. **Fazendo a feira**: Estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da feira livre do bairro Major Prates em Montes Claros-MG. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS – Universidade Estadual de Montes Claros – 2009.

ALVES, Lidiane Aparecida; FILHO, Vitor Ribeiro. Os mercados públicos e a cidade: as transformações do mercado municipal de Uberlândia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.12, n.39, p.209-225, set., 2011.

ALMEIDA, Maria Geralda. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. **Revista da ANPEGE**, n.2, v.1, p.103-114, 2005. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6617/3616>. Acesso em: nov. 2018.

ANDRADE, Fabiola Juliana Rubim de Andrade. **“O empoderamento da mulher”**: um estudo empírico da feira do Produtor de Toledo/PR. 2010. 99f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2010.

ARAÚJO, Alexandre Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão bibliográfica brasileira sobre a comercialização nas feiras livres. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, v. 26, n.3, p. 561-583, 2018.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. As feiras livres e suas (contra)racionalidades: periodização e tendências a partir de NATAL-RN-

BRASIL. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, vol. XVIII, n.1009, 2013. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1009.htm>. Acesso em: ago. 2016.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. Tradução de Antônio da Costa Leal e Lídia do Valle Santos Leal, 1974. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/11/bachelard-a-poc3a9tica-do-espaco.pdf>. Acesso em: mar. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BERNARDINO, Vírgilio Manuel Pereira. **A mobilidade da força de trabalho e do consumo nas feiras de Maringá (PR-BRASIL) e de Leiria (Portugal)**: a resistência do setor no contexto do capitalismo global. 2015. 261f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, 2015.

BOECHAT, Patrícia Tereza Vaz; SANTOS, Jaqueline Lima dos. Feira livre: dinâmicas espaciais e relações identitárias. In: VIII Encontro Baiano de Geografia/X Semana de Geografia UESB, Vitória da Conquista, 2011. **Anais VIII Encontro Baiano de Geografia/X Semana de Geografia UESB**, Vitória da Conquista, 2011.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSEDAHL, Zeny. **Geografia Cultural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2002, p.83-131.

BRASIL. 2006. Segurança alimentar

BRASIL. **Constituição Da República Federativa do Brasil**. Biênio 2015/2016. Brasília: Senado Federal Secretaria de Editoração e Publicações – Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

BRANDAO, Carlos Antonio. Teorias, estratégias, políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.107, 2004a.

\_\_\_\_\_. Escalas de poder, instituições e territórios: estratégias orientadas ao desenvolvimento. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 11, Edição Especial, 2004b. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/11822/8428>. Acesso em: mar. 2018.

CANEDO, Daniele. “Cultura é o quê?”- Reflexões sobre o conceito de cultura e atuação dos poderes públicos. V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 27 a 29 de maio de 2009, Faculdade de Comunicação, UFBA, Salvador. Anais ENECULT

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**- estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: EDUSP, 1983.

CASCUDO, Luis Câmara. **A história da alimentação no Brasil**. São Paulo: Editora Global, 2004.

CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História: Questões & Debates**, n.42, p 71-80, 2005. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/4640/3800>. Acesso em 05 jun. 2018.

CARNEIRO, Maria José. **O rural como categoria de pensamento**. Revista Ruris, v.2, n. 1, março, 2018.

CASSOL, Abel; NIERDELE, Paulo André. Celso Furtado e a economia política do desenvolvimento latino-americano. In: NIERDELE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco W. (Org). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato.(org) **Geografia : conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CASTRO, Jânio Roque Barros. A proposição do conceito de centralidade cultural e a promoção de eventos festivos como estratégia de turisficação de pequenas cidades: reflexões a partir de alguns estudos de caso. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1983.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, Rogério Luís Souto. **Cheiros, cores e sons... é dia de feira!:** a gestão pública urbana na feira livre de Casa Amarela. 2015. 171f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.

**Documento de Área 2007**. Disponível em:

[https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/Planejamento\\_Urbano\\_Demografia\\_doc\\_area\\_e\\_comiss%C3%A3o\\_16out.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Planejamento_Urbano_Demografia_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf). Acesso em: out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Documento de Área 2013**. Disponível em:

[https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/Planejamento\\_Urbano\\_Demografia\\_doc\\_area\\_e\\_comiss%C3%A3o\\_16out.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Planejamento_Urbano_Demografia_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf). Acesso em: ago.2018.

\_\_\_\_\_. **Documento de Área 2017**. Disponível em:

[https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/Planejamento\\_Urbano\\_Demografia\\_doc\\_area\\_e\\_comiss%C3%A3o\\_16out.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Planejamento_Urbano_Demografia_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf). Acesso em: ago.2018.

CONCEIÇÃO, Letícia Pereira. Cor, compadrio e parentesco nos registros de batismo e casamento de freguesia de São Felipe – Recôncavo Sul da Bahia (1889-1920). In: X Encontro Regional Nordeste de História Oral – História Oral, Educação e Mídias, Salvador , 2015. **Anais X Encontro Regional Nordeste de História Oral**, Salvador, 2015.

- CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Org). Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CRUZ, Valter do Carmo. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: BEZERRA, A.C.A et. al. (Orgs.). **Itinerários Geográficos**. Niterói: EdUFF, 2007.
- CUSTÓDIO, Marta Bataglia. **Política Nacional de segurança alimentar e nutricional no Brasil**: arranjo institucional e alocação de recursos. Tese (doutorado). Faculdade de Saúde Pública. Universidade São Paulo. São Paulo, 2009.
- DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1981. 255 p.
- ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida**: quem controla nossa alimentação?. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- FAISSOL, Speridião. **O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
- FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. 7.ed. Curitiba: Positivo, 2008.
- FISCHLER, Claude. Pensée magique et alimentation aujourd'hui. 1994. Disponível em : [http://www.lemangeur-ocha.com/wp-content/uploads/2012/04/dp\\_pensee\\_magique\\_011.pdf](http://www.lemangeur-ocha.com/wp-content/uploads/2012/04/dp_pensee_magique_011.pdf). Acesso em: 18 dez. 2018.
- FRANCO, José Luiz de Andrade. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. **História**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 21-48, jul./ dez., 2013.
- GIARD, Luce. Memórias. In: CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A Invenção do Cotidiano**. Tradução de Ephraim F. Alves; Lúcia Endlinch Orth. Petrópolis: Vozes, 1997. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/749765/mod\\_resource/content/2/CERTEAUmem%C3%B3ria.jpeg.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/749765/mod_resource/content/2/CERTEAUmem%C3%B3ria.jpeg.pdf). Acesso em: 13 mar. 2018.
- GREGORI, Marcia Sandoval. **Habitaculum**. 1992. 9f. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço e Debates**, São Paulo, n.16, ano V, 1985.
- GUIMARAES, Camila. **A feira livre na celebração da cultura popular**. 2010. 20f. Trabalho de conclusão de curso- Curso de Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT), Universidade de São Paulo, 2010.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu Silva; Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_. Estudos culturais e seu legado teórico. In: SOVIK, L. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 199-218

HENRIQUE, Wendel. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. **Cidades médias e pequenas:** teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida:** trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HILLIER, Bill. **Space in the machine:** A configurational theory of architecture. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: <https://biowit.files.wordpress.com/2010/11/raizes-do-brasil.pdf>. Acesso em: dez. 2018.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** Traduzido por Waltensir Dutra. 16 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

KRONE, Evander Eloí. **Identidade e cultura nos campos de cima da Serra (RS):** práticas, saberes e modos de vida de pecuaristas familiares produtores do queijo serrano. 2009. 146f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre.

IBGE 2017

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Introdução ao pensamento epistemológico.** 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977. 202 p.

\_\_\_\_\_. **Nem tudo é relativo** A questão da verdade. São Paulo: Editora Letras & Letras, 2000.

JESUS, Liliane Vasconcelos de. **Leituras da cidade em Xavier Marques:** configurações de baianidade. 2007. 144f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

LEANDRO, Maiara Cerqueira; FERRAZ, Ana Emília de Quadros. As contradições da produção do espaço na vida cotidiana da cidade pequena: São Felipe-BA. In: Encontro

Nacional da Associação Nacional de Pós- Graduação em Geografia- ENANPEGE, XIII, São Paulo, 2019. Anais XIII ENANPEGE. Disponível em: [https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1565575956\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_Enanpege\\_\\_\\_\\_corrigido.pdf](https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1565575956_ARQUIVO_Artigo_Enanpege____corrigido.pdf). Acesso em: jan. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Traduzido por Mario Gaviria. Barcelona: Ediciones Península; Cultura Libre, 1978. Disponível em: <https://www.doccity.com/pt/henri-lefebvre-de-lo-rural-a-lo-urbano/4763758/>. Acesso em: out. 2019.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. 2 ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Anna Erika Ferreira; SAMPAIO, José Levi Furtado. Na Feira a gente encontra de tudo...:aspectos da formação espacial da feira-livre de Abaiara- Ceará. In: Simpósio Nacional de Geografia Agrária, V, Niterói, 2009. **Anais do V SINGA**, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

LIMA, Leonice Domingos dos Santos Cintra; HORTA,Rita de Cássia Alves. As ciências humanas e sociais no processo de reconstrução da sociedade na perspectiva cidadã.**E-cadernos CES**, Coimbra, n.2, 2008.

LIMONAD, Ester. Em busca do paraíso: algumas considerações sobre o desenvolvimento. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n.1, mai. 2013. Disponível em < <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4174/4058>> Acesso em 04 abr. 2018.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010.

MALUF, Renato Sérgio; MENEZES, Francisco. Caderno de segurança alimentar. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/caderno-2018seguranca-alimentar2019/19-caderno-2018seguranca-alimentar2019.pdf>. Acesso em 25 jun. 2018

MATTOSO, Kátia

MELLO, Antônio da Silva. **A alimentação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1961.

MENEZES, Francisco; PORTO, Silvio; GRISA, Cátia. **Abastecimento alimentar e compras públicas no Brasil: um resgate histórico**. Brasília: Athalaia Editora, 2015. Série Políticas Sociais e de Alimentação. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/PAA\\_Institucional\\_Estudo1\\_Historico\\_lowres.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/PAA_Institucional_Estudo1_Historico_lowres.pdf). Acesso em: mar. 2018.

MALUF, Renato Sérgio. **Segurança alimentar e nutrição com valorização da cultura alimentar**. 2017. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1306701/mod\\_resource/content/1/Maluf.jpeg.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1306701/mod_resource/content/1/Maluf.jpeg.pdf). Acesso em: ago. 2018.

MALUF, Renato Sérgio; MENEZES, Francisco. **Caderno de segurança alimentar**. 2018. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/caderno-2018seguranca-alimentar2019/19-caderno-2018seguranca-alimentar2019.pdf>. Acesso em 25 jun. 2018.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Miriam. Feira Livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, v.2, n.2, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/viewFile/4710/3971>. Acesso em: mar. 2018.

MATTOS, Paulo Todescan Lessa. A formação do estado regulador. **Novos estudos - CEBRAP** [online], n.76, 2006.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia**: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MASSEY, Doren. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempo-espaço. *Revista Discente Expressões Geográficas*, Florianópolis, n. 03, p.142-155, mai. 2007.

\_\_\_\_\_. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELLO, Antônio da Silva. **A alimentação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1961.

MENEZES, Francisco; PORTO, Silvio; GRISA, Cátia. **Abastecimento alimentar e compras públicas no Brasil**: um resgate histórico. Série Políticas Sociais e Alimentação. Disponível em [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/PAA\\_Institucional\\_Extudo1\\_Historico\\_lowres.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/PAA_Institucional_Extudo1_Historico_lowres.pdf). Acesso em: 04 abr.2018

MINNAERT, Ana Cláudia de S. Telles. A feira livre sob um olhar etnográfico. In: FREITAS, Maria do Carmo Soares de; FONTES, Gardênia Abreu Vieira; OLIVEIRA, Nilce (Orgs). **Escritas e narrativas sob alimentação e cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008. 422p.

MIRANDA, Gustavo Magalhães Silva. **A feira na cidade**: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru (PE) e de Campina Grande (PB). 2009. 191f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

MORAES, Francianny Keyla Cabral. **O mercado público como equipamento de modernização urbana**: o ver-o-peso e o Francisco Bolonha em Belém. 2017. 108f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2017.

MORAIS, I. R. D; ARAÚJO, M. A. A. Territorialidades e Sociabilidades na Feira Livre da Cidade de Caicó (RN). **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.07, n. 17, 2006.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOTA, Adriana Sandes; SANTANA, Angela; PINHEIRO, Neiva Silva. Feira livre de Amargosa: sua construção, sua história. **Revista Gueto**, n.4, p.14-22, abr., 2015.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. Subsídios a história do pequeno comércio no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n.105, 1976. Disponível em: <http://revhistoria.usp.br/index.php/en/issues/163-rh-105>. Acesso em: ago. 2018.

NIERDELE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco W. (Org). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

NORA, Fabiane Dalla; ZANINI, Maria Catarina. A feira como um espaço de sociabilidade. **Revista Retratos de Assentamento**, v.18, n.1, 205.

OLIVEIRA, Orlando J. R.; OLIVEIRA, Marília F. S.; OLIVEIRA, Clara F. S. Cotidiano, linguagem e humor entre os vendedores de folhas da Feira de São Joaquim (SALVADOR/BA). In: Anais do XII Colóquio Nacional e V Colóquio Internacional do Museu Pedagógico. Disponível em: [http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/7070/pdf\\_762](http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/7070/pdf_762). Acesso em: dez. 2018.

OXAAL, Z.; BADEN, S. **Gender and empowerment: definitions, approaches and implications for policy**. Briefing prepared for the Swedish International Development Cooperation Agency (Sida): out. 1997.

PAZERA JR., Eduardo. **A feira de Itaibana-PB: Permanência e Mudança**. 2003. Tese (Doutorado em em Geografia Humana). Universidade de São Paulo ,São Paulo, 2003.

PELIANO, Anna. Lições da história: avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil. In: BRASIL. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: MDS, 2010. v. 1.

PENNA, Maura. O que faz ser nordestino: Identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina. São Paulo: Cortez, 1992.

PEREIRA, Michele Paiva; ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de Alencar. Feira livre de São Felipe: expressões de transformações e resistências à urbanização. **Revista Rural & Urbano**, Recife, v.01, n.01, p.58- 66, 2016.

PIERRE, Maurício; VALENTE, A A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. In: XLVIII Congresso da SOBER, 2010, Campo Grande, MS; Disponível em: . Acesso em: abril de 2018.

PINTAUDI, Silvana Mauri. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. **Revista Electrónica de Geografía y ciencias Sociales**, vol. X, n. 218 (81), ago., 2006.

PORTILHO, Fátima *et al.* Novos espaços de experimentações: produtores, consumidores e ecochefs em feiras orgânicas e cariocas. In: MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Estreitando o diálogo entre alimentos, tradição, cultura e consumo**. São Cristóvão: Editora UFS, 2017

POULAIN, J.P. **Manger aujourd’hui. Attitudes, normes et pratiques**. 1.ed. Paris: Privat, 2002.

PRADO JR., Caio. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2003.

RAMOS, Vinnie Mayana Lima. **Dispor-se ao desenvolvimento socioambiental: Ir além do plano diretor**. 335f. 2018. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental. Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2018.

RIBEIRO, Wagner Costa Ribeiro. Teorias socioambientais: em busca de uma nova sociedade. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, 2010.

RICOTTO, A. J. **Uma rede de produção e comercialização alternativa para a agricultura familiar: O caso das feiras livres de Misiones, Argentina**. RS, 2002. Dissertação. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

SANCHES, F. Cidades reinventadas para um mercado mundial. In: Encontro Nacional ANPUR. Rio de Janeiro, 2001. *Anais do Encontro Nacional ANPUR 2001*.

SANCHS, Ignacy. A questão alimentar e o ecodesenvolvimento. In: MINAYO, M.C.S.(Org.). *Raízes da Fome*. Petrópolis: Vozes; Fase,1987.

SANTOS, Alex M.; ALENCAR, Cristina Maria Macêdo. Campo-cidade, rural urbano: o som do silêncio na métrica de evolução das publicações científicas na América Latina. In: JÚLIO CÉSAR SUZUKI; VALTERLEI BORGES DE ARAÚJO; FÁBIO MOLINARI BITELLI. (Org.). **Campo e cidade na América Latina**. 1. ed.São Paulo: FFLCH/USP, 2019, v. 1, p. 10-31.

SANTOS, Félix Santos. **Crise Agrícola no Recôncavo baiano (1890-1910): Município de São Felipe/BA, BA**. 2013. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2013.

SANTOS, Félix. 2018.

SANTOS, J. E et al. Feira Livre como Lugar Privilegiado para a (Re)produção e (Re)invenção de Práticas Espaciais e Socioculturais Populares : a Feira Livre de Ceará -Mirim (RN). **Revista Sociedade e Território**, Natal, v. 26, nº 1, p. 58-75, jan./jun. 2014.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

\_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. In: \_\_\_\_\_ et al. (Orgs). **Território e Territórios**. Niterói, 2002, p. 09-15.

SÃO FELIPE. **Plano Diretor Participativo**. Disponível em: <http://www.saofelipenet.com.br/planodiretor>. Acesso em: out. 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.20, n.03, 2018.

SATO, Leny. Processos Cotidianos de Organização do trabalho na feira livre. **Psicologia & Sociedade**, 19, Edição Especial 1, p. 95-102, 2007.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

SCOTT, James. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1989.

SIERING, Friedrich Câmara. **Conquista e dominação de povos indígenas**: Resistência no sertão dos Maracás (1650-1701). Dissertação (Mestrado em História Social). 2008. 147 f. Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, 2008.

SILVA, Alberto Carvalho da. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos Avançados**, v.9, n.23, jan. 1995. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141995000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100007). Acesso em 01 mai. 2018

SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional** : projetos, descontinuidades e consolidação. Rio de Janeiro, IPEA, 2014.

SOUZA, Edson dos Reis. **Aspectos da cadeia produtiva, biologia reprodutiva e estrutura populacional de Callinectes danae no estuário do rio Paraguaçu**. 2015.93f. Dissertação (Mestrado em Ciência Animal) – Programa de Pós Graduação em Ciência Animal, Universidade Federal da Bahia, Cruz das Almas, 2015.

SOUZA, Janice Ramos. **Café da manhã**: aspectos nutricionais e culturais entre frequentadores adultos de restaurantes populares do Brasil. 2016. 225f. Tese (Doutorado em Nutrição Humana)- Programa de Pós Graduação em Nutrição Humana, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, 2016.

SOUZA, Jessé de. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

STROH, Paula Yone. As ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. *In*: CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e Natureza**: Estudos para uma sociedade sustentável. 4. ed. São Paulo: Cortez; Recife: fundação Joaquim Nabuco, 2003.

SUZUKI, J. C. **De povoado a cidade**: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis. 1996. 237 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

VARGAS, Felipe; ARANDA, Yara Paulina Cerpa; RANDOMSKY, Guilherme Francisco W. Desenvolvimento sustentável: introdução histórica e perspectivas teóricas. *In*: NIERDELE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco W. (Org). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

VASCONCELOS, Pedro. A cidade, o urbano, o lugar. **Revista GEOUSP**, n. 6, p.11-15, 199.

VEIGA, Eli da. **Cidades imaginárias** – O Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Intertexto, 2003.

\_\_\_\_\_. **A emergência socioambiental**. 1.ed. São Paulo: SENAC, 2007.

VEIGAS, Maurício da Trindade; ROVER, Oscar José; MEDEIROS, Monique. Circuitos (não tão) curtos de comercialização e a promoção de princípios agroecológicos: um estudo de caso na região da grande Florianópolis. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 42, p.370-384, dez. 2017.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa. **Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram**. Lisboa: Oficina de Simão Teodoro Ferreira, 1798.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade**: relações entre a cidade pequena e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios de Pernambuco. Brasília: NEAD/MAD, 2001. Disponível em: [https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2016/03/Pequenos-Munic%C3%ADpios\\_Nazareth-1.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2016/03/Pequenos-Munic%C3%ADpios_Nazareth-1.pdf). Acesso em: ago. 2015.

WILLOUGHBY, Robin; GORE, Tim. **La hora del cambio**: acabar con el sufrimiento de las personas en las cadenas de suministro de los supermercados. Traducido por Cristina Álvarez Álvarez. Oxfam GB; Oxfam Internacional, 2018, p.102.

WHITACKER, Arthur Magon. Campo e Cidade. Cidades Médias e pequenas. Algumas proposições para a pesquisa e o debate. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010.

ZAOUAL, Hassan. **Nova Economia das Iniciativas Locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A; COPPE/UFRJ, 2006.

ZANINI, Maria Catarina C.; SANTOS, Miriam. Breve observações sobre feiras, mercados e campeonatos. In: ZANINI, Maria Catarina C.; SANTOS, Miriam. **Feiras, feirinhas e feirões**: a “economia dos centavos” em foco. São Leopoldo:Oikos, 2017.

## Apêndice A- Questionário I

Pesquisa de campo- Questionário com os feirantes

Feira de São Felipe: expressões de transformações e resistências à urbanização

Nome do feirante \_\_\_\_\_

Local onde mora \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_

Grau de instrução ( )Analfabeto ( )Alfabetizado ( )Ensino fundamental ( ) Ensino médio ( )Técnico ( ) Superior

Produtos Vendidos \_\_\_\_\_

Qual a origem e percentual dos produtos vendidos em sua banca?

Produção própria	CEASA	Intermediários	Comprado direto do produtor
( )0%			
( ) 25%			
( )50%			
( )75%			
( )100%			

Qual a situação da sua banca ( )própria ( )alugada ( )cedida Taxa R\$ \_\_\_\_\_

A feira é sua única renda? \_\_\_\_\_

Participa de outras feiras? \_\_\_\_\_

Por que razão você se tornou feirante?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Como era a feira antes do supermercado? E depois do supermercado?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Em qual dia/horário arruma a barraca? \_\_\_\_\_

Tempo para chegar: \_\_\_\_\_ Modo \_\_\_\_\_

A que horas vai embora dela? \_\_\_\_\_

O que é a feira para você?

---

---

Observações

---

---

## Apêndice B- Questionário II

### Entrevistados: Feirantes

Data \_\_\_\_\_ Início da entrevista \_\_\_\_\_ Fim da entrevista  
\_\_\_\_\_

Nome do feirante \_\_\_\_\_

Local de nascimento \_\_\_\_\_

Local onde mora \_\_\_\_\_

Estado civil \_\_\_\_\_

Telefone para contato \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_

1. Grau de instrução ( ) Analfabeto ( ) Alfabetizado ( ) Ensino fundamental ( )  
Ensino médio ( ) Técnico ( ) Superior

2. Produtos vendidos

\_\_\_\_\_

Produtos vendidos em outras épocas \_\_\_\_\_

3. Qual a origem dos produtos e percentual dos produtos vendidos em sua banca?

POR PRODUTO	Produção própria ou extrativismo	CEASA	Intermediário s	Comprado direto do produtor
	( ) 0	( ) 0	( ) 0	( ) 0
	( ) 25%	( ) 25%	( ) 25%	( ) 25%
	( ) 50%	( ) 50%	( ) 50%	( ) 50%
	( ) 75%	( ) 75%	( ) 75%	( ) 75%
	( ) 100%	( ) 100%	( ) 100%	( ) 100%

4. O que motivou:

Plantio ou extrativismo?

Escolha dos produtos na CEASA, Intermediários e/ou produtores?

5. Quais cultivos têm na sua roça? (no caso de feirantes agricultores)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6. Qual a situação da sua banca ? ( ) própria ( )alugada ( ) cedida

7. Qual a taxa? R\$ \_\_\_\_\_

8. Qual a renda mensal?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

9. A feira é sua única renda? Quais são as outras rendas?

\_\_\_\_\_

10. Participou de alguma capacitação realizada pelo governo? Qual?

\_\_\_\_\_

11. Participa de outra(s) feira(s)? Qual

(is)? \_\_\_\_\_

12. Quantas pessoas no núcleo familiar? Quantos dependentes?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

13. Por que razão você se tornou o feirante?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

14. Quais pontos positivos da feira livre de São Felipe?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

15. Qual a importância da feira livre para o município?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

16. Quais alimentos são comprados na feira?

\_\_\_\_\_

17. Quais alimentos são trocados na feira?

\_\_\_\_\_

18. Quais serviços que utiliza no dia de sábado?

\_\_\_\_\_

19. Qual o dia realiza a compra de alimentos ( mensal/semanal ) de casa?

\_\_\_\_\_

20. Quais os produtos compram no supermercado?

\_\_\_\_\_

21. Realiza venda dos produtos na residência?

---

22. Quais as modificações que percebeu na feira livre durante este período que participa?

---

---

---

23. Vende no crédito? ( cartão de débito/crédito, caderneta, não aceita, acordo “de boca” )?

---

---

24. Há reserva de mercadoria? como funciona?

---

---

---

25. Como é o funcionamento da feira? (Processo organizativo)

---

---

26. Em qual dia arruma barraca?

---

---

27. Tempo para chegar: \_\_\_\_\_

Modo \_\_\_\_\_

Observações :

---

---

---

---

**Apêndice C- Entrevista com Presidente do Sindicato**

Entrevistado: Presidente Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Nome \_\_\_\_\_

Local onde mora \_\_\_\_\_

Local de nascimento \_\_\_\_\_

Estado civil \_\_\_\_\_

Telefone para contato \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_

1. Morador de São Felipe? Há quanto tempo?
2. Nasceu em que município? Nasceu na sede do Município ou na zona rural? Qual o motivo da mudança?
3. Quais ações desenvolvidas pelo Sindicato?
3. O Sindicato realizou/realiza ações destinadas para a feira livre?
4. Quais são os projetos de valorização das potencialidades locais?
5. O Sindicato realizou algum estudo sobre a feira livre do município ou participou de alguma parceria com universidade, órgãos do Estado? Em qual gestão?
6. Sabe o que o Plano de Governo do atual prefeito trata sobre a questão da feira livre?
7. Há investimentos e incentivos, como auxílio técnico para os agricultores do Município (merenda escolar) /desenvolvimento da agricultura familiar/ acesso às políticas PNAE/PAA, microcrédito rural? Quais as principais ações?
8. Como o Sindicato acessou estas políticas?
9. Quais as dificuldades encontradas pelo Sindicato para promoção de ações que visem o desenvolvimento rural?
10. Aponte pontos positivos e negativos